

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Luiz Felipe Santos Duarte Vieira

ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA:
reflexões sobre os reinos e impérios africanos no livro didático

São Luís, 2023

Luiz Felipe Santos Duarte Vieira

**ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA:
reflexões sobre os reinos e impérios africanos no livro didático**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para o grau de
Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Reis

São Luís, 2023

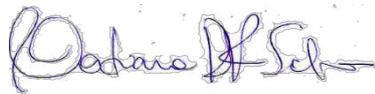
ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA:
reflexões sobre os reinos e impérios africanos no livro didático

Luiz Felipe Santos Duarte Vieira

Monografia apresentada junto ao Curso de História
da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA para obtenção do grau de
Licenciatura em História.

Aprovada: /07/2023

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Profª. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira (Banca Examinadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Me. Reinaldo Barroso Júnior (Banca Examinadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Vieira, Luiz Felipe Santos Duarte.

Ensino de história da África: reflexões sobre os reinos e impérios africanos no livro didático. / Luiz Felipe Santos Duarte Vieira. – São Luís, 2023.

--- f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História.
Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Prof^a. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

Elaborada por Rosiene Santos - CRB 13/837

Ao Luiz de 18 anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha mente, determinação e persistência, agradeço o sangue, suor e as lágrimas. Gostaria de agradecer aos Professores e Professoras que me contribuíram com seus conhecimentos. Agradeço à Professora Raimunda que enxergou minha curiosidade exagerada, agradeço à Professora Helenice da Hora pela sua didática e sagacidade, obrigado pelos seus conselhos sobre a Universidade e quase esqueço por mencionar primeiro a Professora Ana Livia. Agradeço ao Professor Sá Marques pelo incentivo e por olhar o futuro historiador. Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão pelos estudos concebidos.

Agradeço o apoio e compreensão da minha Professora e Orientadora Tatiana Reis, agradeço a vivacidade nas aulas em 2018, por ter me apresentado obras de literatura africana e também por ter me colocado no seminário sobre reinos e impérios africanos, que futuramente seria esse o tema do meu TCC. Gostaria de agradecer também as amigas que sempre me apoiaram nos dias bons e ruins, Lowhaney, Nayra e Rayanna. Agradeço as amigas que fiz durante a graduação: Carlos Henrique e Nathalia.

Agradeço os familiares que sempre me incentivavam nos estudos, tios, tias, irmã, madrinha e padrinho. Por penúltimo gostaria de agradecer imensamente minha mãe pelo seu esforço e apoio no que estava ao seu alcance.

O último agradecimento vai para o leitor que está lendo este texto agora.

RESUMO

Este trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre o Ensino de História da África, particularmente os reinos e impérios africanos, no sentido de entender como este conteúdo é apresentado no livro didático. Dessa forma tem como objetivo compreender os reinos e impérios de grande importância para a História do continente africanos, tais como: o Reino de Kush, o Reino de Gana, o Império do Mali e o Império Songai. A metodologia é feita por pesquisa bibliográfica, informações levantadas em livros, artigos e outros materiais bibliográficos, bem como análise de livro didático.

Palavras-chave: Ensino de História da África; reinos e impérios; livro didático

ABSTRACT

This work seeks to present some reflections on the Teaching of History in Africa, particularly the African kingdoms and empires, in order to understand how this content is presented in the textbook. In this way, it aims to understand the kingdoms and empires of great importance to the History of the African continent, such as: the Kingdom of Kush, the Kingdom of Ghana, the Empire of Mali and the Songhai Empire. The methodology is based on bibliographical research, information collected in books, articles and other bibliographical materials, as well as textbook analysis.

Keywords: Teaching African History; Kingdoms and Empires; Textbook

LISTA DE MAPAS

Mapa dos Reinos e Impérios africanos	19
Mapa do Reino de Kush.....	20
Mapa do Reino de Gana.....	21
Mapa das principais rotas transaarianas.....	23
Mapa do Reino de Gana, Império do Mali e Songhai.....	25
Mapa do Império do Mali.....	27

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ENSINO DE HISTÓRIA, ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA ANTIGA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.....	14
2. OS REINOS E IMPÉRIOS AFRICANOS	20
3. ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA: reflexões sobre os reinos e impérios africanos no livro didático.	28
3.1 Análise do livro didático Vontade de saber História (7º ano)	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

O continente africano é muito rico em História, muitas vezes essa História é ignorada e não valorizada. Esse continente foi cruelmente colonizado e estereotipado. Na Conferência de Berlim (1884-1885) foi dividido como uma mercadoria para cada país europeu, ocorrendo assim divisões e fronteiras feitas pelos colonizadores. De uma forma, o conhecimento sobre o continente africano ainda faz referência ao contexto da colonização, muito pouco sabemos sobre a História da África antes da colonização. Por consequência da herança estrutural da colonização, existe um olhar eurocêntrico muito persistente e valorizado, nos conteúdos referentes aos impérios no mundo, consideramos apenas o Império Britânico, Romano, entre outros, ignorando o fato do continente africano possui reinos e impérios poderosos e ricos. Na perspectiva do eurocentrismo, que coloca e valoriza o continente europeu como um centro da sua sociedade e cultura. Na ideia do Eurocentrismo, é cultuado uma visão que estabelece a Europa como protagonista, desconsiderando a relevância de outras sociedades.

Assim, um aprofundamento sobre a História da África Antiga, sobre os reinos e impérios africanos, é muito relevante. Conhecer a história do continente africano na antiguidade é equivalente a conhecer mais sobre as origens da humanidade. O Império do Mali, por exemplo, é muito rico e abundante historicamente. O Mali não era um império homogêneo e nem um estado unitário, possuía diversos reinos. A estrutura política e social do Mali era profundamente heterogênea. O Império do Mali, teve séculos de hegemonia inquestionáveis, riquezas imensas e poderosos líderes.

Este trabalho procura apresentar o Império do Mali a partir do importante papel desempenhado na História do continente africano. A organização política e administrativa do império era muito vasta, cada província tinha autonomia ampla e funcionava como uma confederação. A fonte sobre todo o poder era colocada no *mansa*, o chefe do governo, que vivia cercado de dignitários e funcionários. O mansa assumiu o papel de patriarca, para quem os súditos suplicavam e pediam justiça. O senhor do tesouro era denominado *santigui*, uma espécie de ministro das finanças, que desempenhava a função de cuidar dos celeiros reais e das fontes de renda, como cobre, pedras preciosas e marfim.

O cobre, a nozes-de-cola, o ouro e o sal desempenhavam um papel muito importante na economia e comércio do Mali. O império do Mali detinha numerosas minas de ouro, recebendo assim o título de maior produtor de metais preciosos do Velho Mundo. Grupos étnicos especializados praticavam a pesca, o peixe seco ou defumado era embalado em cestos grandes

e comercializados em todo território do império. Além disso ocorria ainda a criação de animais, como caprinos, bovinos e ovinos, grande parte dos camponeses realizavam essa atividade. As castas eram responsáveis pelo artesanato. Na cidade de Niani existiam grandes forjas de metal, ferreiros fabricavam armas e foices para arar a terra. Nos montes do Manden o metal era muito abundante. Os países da África setentrional compravam bastante couros e peles do Mali, que eram feitos pelos clãs dos sapateiros. Existiam grupos especializados no trabalho de extração do ouro, em geral, moravam nos grandes centros urbanos. Nesse império a tecelagem cresceu, causando grande exportação para as províncias do sul.

A escolha pessoal pelo tema surgiu logo após um seminário no segundo período do curso (História), em que foi apresentado sobre os Reinos e Estados Africanos. A partir de então, foi realizado um longo levantamento bibliográfico sobre o tema, que foi utilizado como referencial teórico neste trabalho. Dessa forma tem como objetivo compreender os reinos e impérios africanos, enfocando particularmente as características gerais do Império do Mali (1240-1645), no sentido de entender como este conteúdo é apresentado no livro didático. A metodologia é feita por pesquisa bibliográfica, informações levantadas em livros, artigos e outros materiais bibliográficos, bem como análise de livro didático.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo será apresentada uma discussão sobre o Ensino de História, juntamente com o livro Ensino de História: fundamentos e métodos da autora Circe Bittencourt. Outra discussão complementar sobre o Ensino de História, tendo como base o artigo chamado “Propostas para o Ensino de História: a construção de um saber escolar”. Neste capítulo também será elaborada uma discussão sobre a História da África Antiga, primeiramente enfocando o artigo de Raquel dos Santos Funari, que tem como título “África Antiga no Ensino de História”, em seguida o artigo da Marisa Antunes Laureano “O Ensino de História da África, experiência a partir da sala de aula” e, por fim, o artigo dos autores Graziella Santos Queiroz e Manoel Caetano do Nascimento intitulado “Ensino de História, cultura africana e afro-brasileira: experiência docente no ensino fundamental”.

No segundo capítulo será apresentada uma discussão no contexto da África Antiga, seus reinos e impérios, com o auxílio de alguns capítulos do livro História Geral da África, volume II, sobre o Império de Kush: Napata e Méroe. Com a complementação do livro “A Enxada e a Lança” de Alberto da Costa e Silva, a dissertação de mestrado do professor Reinaldo Barrosos Júnior, “Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta Guiné (1770-1800)”, e o livro História da África, de José Rivair Macedo, especificamente o capítulo o Eixo transaariano.

No terceiro e último capítulo será apresentado o Império do Mali, tomando como base o livro História Geral da África: século XII ao XVI, volume IV; particularmente, o capítulo 6 - O Mali e a segunda expansão Manden (Djibril Tamsir Niane) e o capítulo 7 - O declínio do Império do Mali (Madina Ly-Tall). Neste capítulo também é apresentada uma análise do livro didático “Vontade de Saber História”, dos autores Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, da Editora Quinteto, publicado no ano de 2018.

1. ENSINO DE HISTÓRIA, ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA ANTIGA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Neste primeiro capítulo será discutido sobre o Ensino de História, a importância de estudar a História da África Antiga e História e cultura afro-brasileira e africana, tomando como base diferentes obras e artigos publicados sobre essas temáticas. No livro *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2008), da autora Circe Bittencourt, ao discorrer sobre os temas para o ensino de História, a autora comenta que na atualidade um dos objetivos deste ensino é contribuir para a formação de identidades, mas que existe um certo desafio quanto a este processo. No tópico chamado “A finalidade de uma formação política atribuída ao ensino de História”, essa finalidade está atrelada a formação intelectual. A formação intelectual da disciplina acontece através da criação de instrumentos cognitivos com enfoque no despertar do “pensamento crítico”; e na capacidade de descrever, perceber, observar, identificar e fazer relações entre o presente, passado e futuro.

O tópico seguinte intitulado “Temas para o Ensino de História”, nos faz refletir sobre a constituição de identidades compreendidas e baseadas na pluralidade: de gênero, de idade, individual e sexual, ainda a identidade nacional e regional. A seção seguinte traz os temas de ensino de História propostos pelos PCN, os temas transversais ligados a educação sexual, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, ética, consumo e trabalho. Cabe ressaltar que esses temas interdisciplinares propostos criam novos desafios para o ensino de História. O primeiro desafio é a articulação com os conteúdos tradicionais, por exemplo, a história econômica ou política; bem como a articulação com os conteúdos articulados por outras disciplinas, por exemplo, as questões de saúde ou meio ambiente.

O artigo “Propostas para o Ensino de História: a construção de um saber escolar”, da autora Katia Maria Abud (2016), traz reflexões sobre o ensino de História na perspectiva da elaboração dos documentos curriculares no Brasil, durante a segunda metade do século passado. A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Guias Curriculares para o Ensino de primeiro grau, a autora assinala que reformas curriculares não são novidades para os docentes, na medida em que quando acontece uma mudança de governo, ou uma troca de partidos, acontece uma demanda de propostas novas na reorganização escolar sob as regras dos governantes novos.

Nessa discussão a disciplina História, mesmo que não seja mencionada, é sempre apontada em função da consciência histórica que é adquirida através do acesso ao conhecimento escolar. História é a ciência que estuda o homem através do tempo, o conhecimento dessa disciplina gera uma percepção de local e pertencimento no tempo inserido. Essas concepções históricas apresentadas nas escolas geram conceitos, visões de mundo que no final se tornará uma atitude, um compromisso ou não. Durante o final do século XVIII, os programas de ensino começaram aparecer depois da Revolução Francesa. No ano de 1838, no Brasil foi criado o Colégio Dom Pedro II de responsabilidade do governo imperial, essa escola foi pioneira em educação secundária pública no país.

Essas concepções de História tinham como base o positivismo europeu e ressaltavam os heróis nacionais, considerados grandes homens, levando assim a um descaso em relação aos diferentes grupos sociais. Neste caso a matéria foi utilizada como instrumento político, esses historiadores, com seus objetivos e valores, organizaram obras de história e programas de ensino para as escolas primárias na França e também para os colégios secundários de diferentes países. Segundo Martin Bourdê, esses materiais valorizavam a imagem do Estado Nacional, propagavam os ideais nacionalistas e acabaram por apoiar a conquista colonial. Segundo Wilschut, essa matéria apenas se concentrou em história política, questões nacionais, regimes nas suas mudanças, guerras e independências.

Com a Lei n. 5.692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, os conteúdos de História foram inseridos nas disciplinas Estudos Sociais. Naquela conjuntura algumas mudanças foram observadas e ao longo dos anos serviram como base para uma reconfiguração a alargamento no campo da História, em que outros temas e conteúdos passaram a ser enfocados. Nos últimos anos as Leis 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 foram de grande valia ao tornar obrigatório os conteúdos sobre História e Cultura afro-brasileira e africana, bem como a História e Cultura indígena, nas escolas públicas e privadas de todo o país. No entanto, é preciso refletir sobre os avanços e dificuldades quanto a implementação destes conteúdos em sala de aula.

O artigo “A África Antiga no Ensino de História (2018)”, de Raquel dos Santos Funari, tem como objetivo retratar na educação a importância dos estudos da África Antiga. Na introdução do artigo intitulado a África para além do lugar comum, começa com vários questionamentos sobre o que é comentado, depois da simples pergunta sobre “África”. Logo após essa reflexão infelizmente os estereótipos aparecem, focando muito no período colonial, na escravidão. Mas é importante ressaltar a relevância da história da África, como é considerável estudar esse conteúdo. O artigo menciona as experiências nas escolas, nas salas

de aula para as crianças, sobre o que elas absorvem sobre o passado e como no futuro essas crianças vão se tornar cidadãos. O texto comenta os estereótipos sobre o conteúdo de história da África moderna, mostrando a dominação europeia, a escravidão e a miséria. Sobre a importância desse ensino, e o aprofundamento da Antiguidade da cultura africana, o continente africano é considerado o berço mais antigo da humanidade.

A autora faz um questionamento de como esse conhecimento seria apresentado na sala de aula ou nos livros didáticos no Brasil, a mesma responde que seria muito pouco, por inúmeros motivos e razões diversas. Também pontua o pouco espaço na sala de aula, nos livros didáticos e nos estudos sobre as origens humanas e o passado mais longínquo. Pontua ainda sobre os materiais que pouco abordam esse tema e que afeta a formação dos professores, uma vez que é raro ter esses conteúdos nos currículos. A autora menciona como o conteúdo de História Humana, e até o conteúdo da invenção da escrita, são ignorados ou tratados rapidamente, desconsiderando o continente africano como berço da humanidade, e que toda a população humana é afrodescendente ou africana.

Raquel dos Santos Funari relata sua própria experiência na sala de aula, traz reflexões sobre a importância da inclusão da história africana nos currículos escolares uma vez que fica evidente um interesse do corpo docente e dos alunos sobre o tema. Os estudos da humanidade, os antepassados, principalmente da Antiguidade da humanidade africana, passam dos limites das particularidades culturais e históricas. Na conclusão do artigo assinala que o conhecimento adquirido tem um poder transformador na educação, cita ainda o currículo do Estado de São Paulo e a Base Nacional Comum Curricular, que trazem, dentre outros conteúdos: a África como berço da humanidade e a civilização egípcia no continente africano.

O artigo “Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira: experiência docente no Ensino fundamental (2016)” de Manoel Caetano do Nascimento e Graziella Fernanda Santos, ressalta que a história do continente africano é coberta por um olhar eurocêntrico e cheio de estereótipos. Por isso o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira deve contribuir para desmitificar as imagens erradas que são associadas aos povos africanos e afrodescendentes. O texto menciona a experiência do estágio supervisionado na Escola Estadual Paulista, escola-campo do PIBID, ligado ao curso de História da UFPE.

Nessa escola foi realizada uma sequência didática, junto as salas 9 B e 9 C que foram trabalhadas no estágio. No tópico “Por que ensinar História da África nesses nonos anos?” Os autores, que foram bolsistas do PIBID nessa escola, pontuam que esse conteúdo é importante para os alunos, mas mencionam que a conduta da Escola era deixar de lado essa temática.

Eles relatam ainda que a maioria dos alunos dessa escola são negros e que casos de racismo, infelizmente eram comuns. A ausência dessa temática no cotidiano escolar afeta o conhecimento que poderia ser adquirido pelos alunos negros (e não negros): ao conhecer a construção das identidades, retirar certos estereótipos e refletir sobre outras discussões; e compreender o problema social que é o racismo. É na escola que essa discussão tem que acontecer para que ocorra a mudança social. Os autores também se apoiaram na Lei 10.639/03, que tem como obrigação o ensino de História da África nas escolas e também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2005).

Ao elaborarem um plano de ensino com o título “Revisitando o continente africano”, perceberam que as ausências de aulas sobre o continente africano, gera a permanência de estereótipos ligados como por exemplo as guerras, pobreza e escravidão. O objetivo principal dos autores foi desconstruir as projeções e construções sociais que foram criadas sobre esse continente. A partir da exibição de um vídeo chamado Cuerdas explicaram que um acontecimento histórico pode ter olhares diferentes e também depende das intenções de quem escreve. Outros recursos didáticos foram trabalhados a partir de músicas, animações em vídeos e imagens. Foi explorado ainda slides, videoaulas e textos, utilizaram também imagens de aspectos culturais afro-brasileiros, tais como costumes, danças, gestos e comidas.

Outra atividade realizada em sala de aula enfocou a importância da história oral para o continente africano, onde foi narrado o conto sobre o surgimento do mundo e a História do Reino do Mali. Se antes das atividades, as palavras mais citadas sobre o continente africano foram selvagens, pobres, elefantes, cultura dos escravos e desigualdade, entre outras. Agora as respostas foram: cultura, griôs, máscaras, existência de pré-colonial, entre outras respostas. Assim, o objetivo foi atingido, os alunos tiveram contato com toda a diversidade do continente africano. Os alunos perceberam e notaram que a História da África é estereotipada e limitante na visão do senso comum.

O artigo “O ensino de história da África: experiências a partir da sala de aula (2008)” da Marisa Antunes Laureano, destaca que mesmo após décadas de lutas pela valorização das origens étnicas da população negra no Brasil, esses estudos não foram ampliados e expostos. Produções pedagógicas e acadêmicas não chegavam até as escolas, assim diferentes formas de refletir sobre a população negra no Brasil não foram efetivados. A autora comenta sobre o interesse de grande por parte dos docentes em aumentar o conhecimento e levar para a sala de aula esses materiais, pontua ainda alguns relatos de experiências de trabalho numa escola pública do Rio Grande do Sul, nas turmas do Ensino Fundamental e Médio.

No tópico “O professor e o conhecimento sobre História da África”, Marisa Antunes Laureano menciona que incluir um novo conteúdo no currículo escolar para docentes e alunos é difícil, existe um entrave no início. O professor precisa ter segurança e dominar o conteúdo, a realização da pesquisa é essencial. Sobre os motivos complexos que dificultam o processo de executar a História da África, destacam que: o material de estudo, como é recente, não tem um preço acessível; o fato de o professor não ter tido acesso a esse conteúdo durante a sua formação gera insegurança; a necessidade de convencer outros colegas de profissão sobre a relevância desse conteúdo; e os cursos, que são oferecidos, não serem acessíveis, principalmente para os professores de escola pública.

Frente ao desinteresse da Academia, resta o esforço dos futuros profissionais em mudar essa realidade. Além disso é preciso que o professor invista em outros materiais, uma vez que o livro didático não traz muito recurso. O texto discute que no ano de 2005, livros sobre esse conteúdo inflacionaram. A autora traz algumas recomendações que o MEC dispôs, algumas dessas recomendações também auxiliam o ensino de geografia: África, Terra e Sociedade (São Paulo: Moderna, 2004) da coleção Polêmica, Educação, Africanidades, Brasil (CEAD/UN) sob a coordenação de Glória Moura (Brasília, DF, 2006); Explorando a África de Isimeme Ibazebo; A África está em nós: história e cultura afro-brasileira de Roberto Emerson Câmara (João Pessoa, PB: Ed. Ática, 1997) dentre outros livros paradidáticos.

No tópico do artigo chamado “Possibilidade de Trabalho a partir da sala de aula no Ensino Fundamental”, são apresentadas várias ideias e possibilidades de inclusão dos conteúdos sobre cultura afro-brasileira. Neste caso é necessário abrir uma discussão sobre a origem do preconceito que existe acerca da História da África, a abordagem da cultura afrobrasileira é importante para a população negra do País, ajudando a criar um novo olhar sobre essa temática e estabelecer uma maior conexão com a África. Durante séculos no Brasil, o preconceito ronda as relações entre negros e brancos. Assim, o estudo sobre a cultura afrobrasileira visa combater essa visão limitante, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre o continente africano.

A autora relata a experiência do projeto realizado em cinco turmas da 5 série do ensino fundamental, cada turma tinha em média quarenta alunos. Os estudantes assistiram aulas cujo tema era a História da África Antiga, primeiramente foi abordado sobre o Egito Antigo. Depois desse tema, outras sociedades antigas da costa oriental africana também foram enfocadas. Foram realizadas pesquisas em livros e também ocorreu um sorteio dos diferentes países do continente africano e os alunos tiveram que realizar um trabalho de exposição em grupo sobre o país sorteado.

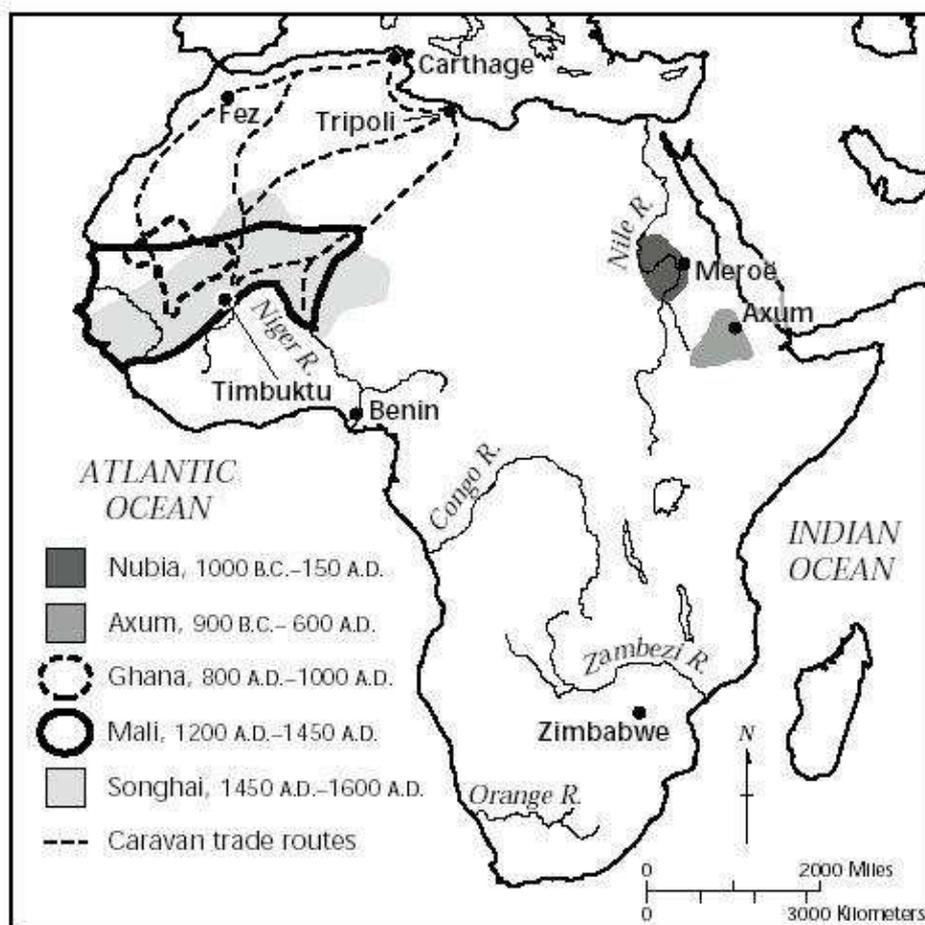
As apresentações deveriam trazer dados sobre: o nome do país africano, a localização (em qual região do continente), a possibilidade de fazer essa pesquisa onde e o que o trabalho em grupo iria expor. Muitos alunos realizaram pesquisa na internet, outros estudantes optaram por apresentar maquetes, alguns fizeram cartazes, levaram comidas e apresentaram danças. É observado na experiência da autora que grande parte dos projetos de História da África apenas tratam da cultura afro-brasileira. Na realização dos pratos típicos, por exemplo feijoada, canjica (mungunzá), pamonha, entre outros, foi possível discutir como os africanos que chegaram no Brasil adaptaram sua culinária com que encontraram por aqui influenciando diretamente a nossa dieta alimentar.

A herança vinda da África é um fato, a autora comenta que infelizmente tiveram casos de preconceitos, que até mesmo alguns pais fizeram comentários pejorativos em suas casas e que foram repetidos pelos filhos durante o desenvolvimento do projeto em sala de aula. Cabe ao professor se preparar diante desses episódios. Sobre o trabalho realizado junto as turmas do Ensino Médio, a autora relata que esses alunos possuem um pouco mais de idade, e que é mais difícil em alguns aspectos. Foi introduzido o conteúdo de História da África na turma do 2º ano, em que os alunos tiveram que redigir um texto sobre o próprio olhar acerca da África, os resultados não foram novidades, com uma exceção: foi notado que as referências escritas no senso comum, partiam do filme Diamante de Sangue (2006), que foi muito comentado nos textos, apesar que grande parte revelar não ter assistido o filme.

Depois dessas atividades, foram feitas discussões ricas em desmistificar o que havia escrito pelos alunos. Essas discussões colocaram os países do continente africano no verdadeiro status cultural, social e econômico que eles ocupam. Os relatos são de questionamentos, surpresas e descrenças sobre os motivos que a televisão recorta e descreve só uma parte. Este momento foi muito rico em participações dos alunos. Nas considerações finais do artigo, ressalta a importância da Lei n 10.639/03 e também a luta histórica por atrás dela, especialmente dos movimentos negros e outras entidades que denunciam a discriminação racial e o racismo. Esses movimentos ressaltam que o desconhecimento leva a essas discriminações. O conhecimento da História da África auxilia a sociedade no combate a essas práticas discriminatórias e preconceituosas. Um leque de diversos aspectos fora criado com essa lei, dando espaço para publicações, debates e pesquisas sobre o continente africano. Mas ainda é um espaço pequeno frente a relevância do tema para o povo brasileiro.

2. OS REINOS E IMPÉRIOS AFRICANOS

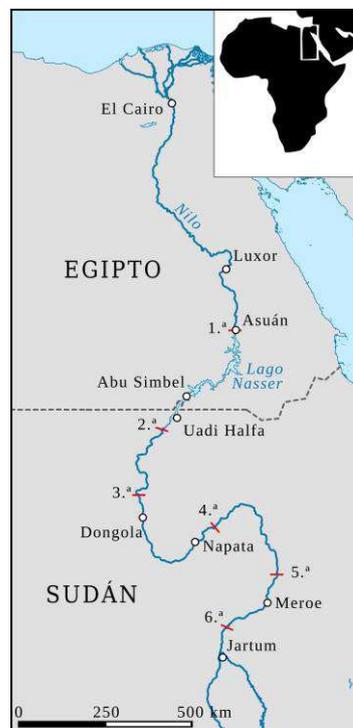
Neste segundo capítulo discorreremos brevemente sobre o contexto os reinos e impérios, tomando como base um rico acervo bibliográfico disponível sobre o tema, a saber: o livro História Geral da África: África Antiga, volume II, capítulo 10 “O Império de Kush: Napata e Meroé” (J.Leclant); o livro História da África, do autor José Rivair Macedo, especificamente, o capítulo 3: O eixo transaariano; o livro A Enxada e a Lança, de Alberto da Costa, os capítulos 2 e 11: Gana e Mali, respectivamente; o artigo de Sonia Cunha e José Gonçalves sobre Cuxe: o resgate histórico de um antigo reino núbio; e a dissertação do Professor Reinaldo Barroso, “Nas rotas do Atlântico equatorial: tráfico de escravos africanos da Alta Guiné para o Maranhão (1770-1800)”.



Mapa dos Reinos e Impérios africanos

O capítulo 10, do segundo volume da Coletânea de História Geral da África, escrito por J. Leclant (2010), enfoca o Império de Kush. O centro rico e poderoso do império kushita era Dongola e as bacias vizinhas do Médio Nilo também foram importantes centros de formações políticas. Durante a primeira metade do II milênio, a cultura de Kerma estava relacionada ao reino de Kush tão comentado nos textos egípcios. O tópico do artigo chamado “A dominação sudanesa no Egito: a XXV dinastia ou dinastia etíope”, faz referência a união do Sudão e do Egito a partir da XXV dinastia do Egito. De acordo com Cunha e Gonçalves (s/n) a XXV Dinastia egípcia foi composta por reis núbios, que governaram tanto o Egito quanto Núbia.

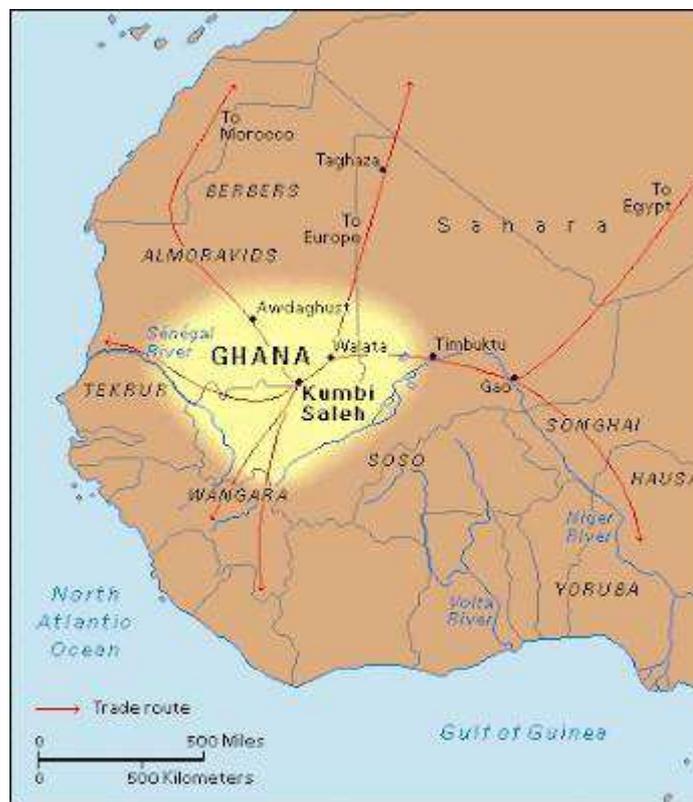
A coroa cuxita, usada com o duplo uraeus, servia para legitimar o poder desses reis que passaram a ser chamados de Senhores das Duas Terras ou Senhores de Dois Reinos. Isto fez Costa e Silva (1996 p. 112-113) considerar que Cáchita, por volta de 806 a. C., teria sido o primeiro rei núbio a unir “em Tebas, sob seu mando, a Núbia e o Alto Egito”. Pianki teria assumido o cargo de seu pai, governando entre 751 e 716 a. C. Quando Pianki morreu fora sucedido por seu irmão Xabaca e este por Xabatata, filho de Pianki, que governou entre 701 a 690 a. C., que por sua vez, fora sucedido por Taharca, também filho de Pianki que governou até 664 a. C., e este por Tenutamom, filho de Xabatata, que após várias batalhas travadas, fora derrotado pelo exército assírio, voltando para Napata, onde morreu em 653 a. C. Quando o domínio dos cuxitas sobre o Egito chegou ao fim, tudo leva a crer que os egípcios trataram, rapidamente, de apagar grande parte dos vestígios deixados pelos faraós núbios que ali governaram. (CUNHA e GONÇALVES, s/n, p. 5)



Mapa do Reino de Kush

Sobre Taharqa, o nome desse rei é encontrado em vários monumentos. A monarquia dupla no reino cuxita é representada pelo símbolo do duplo uraes. Na frente do faraó duas serpentes se erguem e o protegem. Sobre Napata, a primeira capital do Império Cuxita, estava localizada no pé da montanha sagrada de Djebel Barkal. Depois a capital mudou para o sul, durante o século VI, para Méroe. O reino de Cuxe existiu por aproximadamente um milênio, depois que seus líderes saíram do Egito, após terem sido dominados pelos assírios. Os Cuxitas dominavam, no auge de seu poderio político, entre os anos 300 a.C. e 200 d.C., grande parte do território norte e centro do Sudão Oriental e governavam até aos pântanos do Nilo Superior, no sul (CUNHA e GONÇALVES, s/n)

No capítulo 2 do livro *a Enxada e a Lança* (2006), escrito por Alberto da Costa e Silva, esse capítulo cujo título é *Gana*. O Reino de Gana foi um reino que existiu do século IV ao XII na África. Seu território era onde hoje estão os países Mali e Mauritânia. O autor comenta sobre a ligação do mundo mediterrânico com o continente africano, sobre como os povos que compunham o reino de Gana desenvolviam a criação de gado, caçavam e pescavam. Eles também faziam trabalhos com o ferro, fabricavam pontas de lanças e flechas, além das lâminas das enxadas.



Mapa do Reino de Gana

Rivair Macedo (2013) assinala que Gana pode ser considerado como o mais antigo estado negro organizado, com ampla dominação política e econômica desenvolveu-se em territórios do sul da Mauritânia, Senegal e Mali. O núcleo deste estado se formou entre os povos soninke. Ainda de acordo com o autor Gana era um título atribuído ao governante que impunha soberania aos povos dominados. “O termo equivalia a rei ou sultão, conforme nos informa o geógrafo muçulmano al-Bakri” (MACEDO, 2013, p. 52). Além das atividades de subsistência associadas a agricultura, a pesca e pecuária, um contínuo fluxo comercial articulava os negociantes saarianos e subsaarianos.

No comércio transaariano as mercadorias importantes era o ouro, sal e escravos. Para a economia monetária do Oriente Próximo, Europa e Norte da África, o ouro era muito necessário. Nas silvícolas e populações sudanesas o sal era indispensável, o comércio de sal e ouro, assim como o plantio do arroz, pode explicar o grande número de monumentos líticos em parte da República do Mali, Gâmbia, Guiné-Bissau e Senegal. No final do século VII, existia uma prática feita na época pré-islâmica que persistiu: os mercadores do Iraque, Líbia, Magrebe e Egito se instalavam nos portos camaleiros do Sael, por conta dos agentes das suas próprias firmas ou por conta própria. Frente ao controle dessas regiões, famílias foram divididas. Grupos acompanham as caravanas para proteger as mercadorias. Foram os comerciantes que possibilitaram a introdução do islamismo no Sudão.

No livro “História da África”, de José Rivair Macedo (2013), ao focar o eixo transaariano, o autor analisa as rotas comerciais do Magreb até o Egito, cita ainda importantes cidades como Fez e Sijilmassa, Kairuan e Trípoli. Durante o século XI, existia duas principais rotas no sentido Norte-Sul, conhecidas pelas populações saarianas. Uma rota partia do Marrocos até o Sudão Ocidental, atual Mali e Senegal.

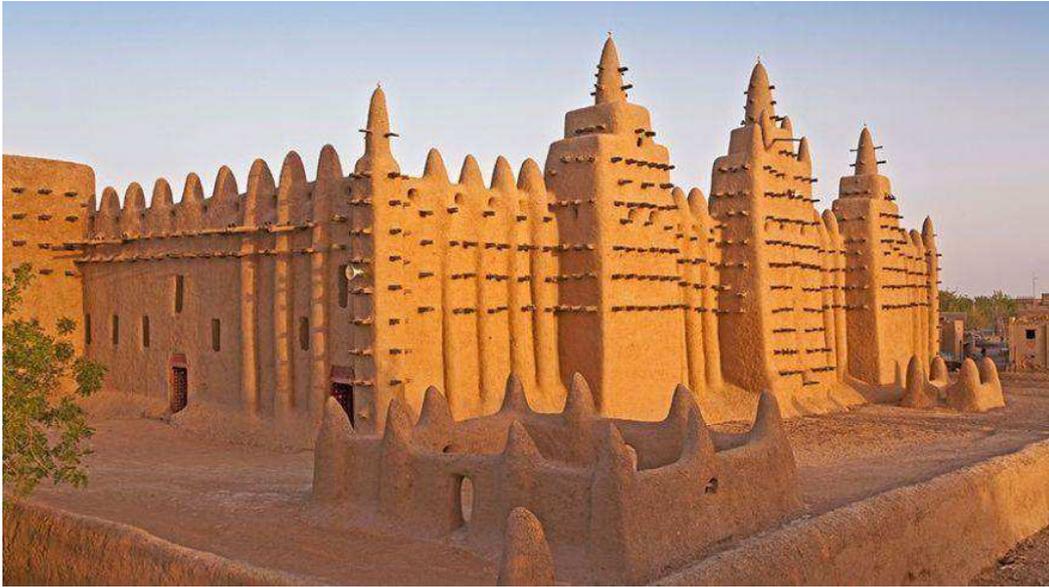


FIGURA 6.17 Mapa das principais rotas transaarianas no século XIV. (D. T. Niane.)

A segunda rota partia da Líbia e Tunísia até o Sudão Central, onde agora é a República do Chade. De acordo com José Rivair Macedo (2013), a rota Norte-Sul era feita por uma caravana que iniciava na cidade de Sijilmassa, era preciso levar mantimentos e água suficientes para 52 dias até Tombuctu. Essas viagens eram desafiadoras como é abordado por Ibn Battuta que viveu no século XIV, e em 1352 acompanhou uma caravana feita por mercadores. Nos primeiros 25 dias, no trecho entre Sijilmassa e Tagaza, os problemas eram devido a extrema variação de temperatura, aridez, movimentações das dunas. A sobrevivência era possível se os caravanheiros ficassem juntos durante toda a viagem. Os guias das caravanas eram chamados de *taksif*, cujo conhecimento desses trajetos era guardado na memória.

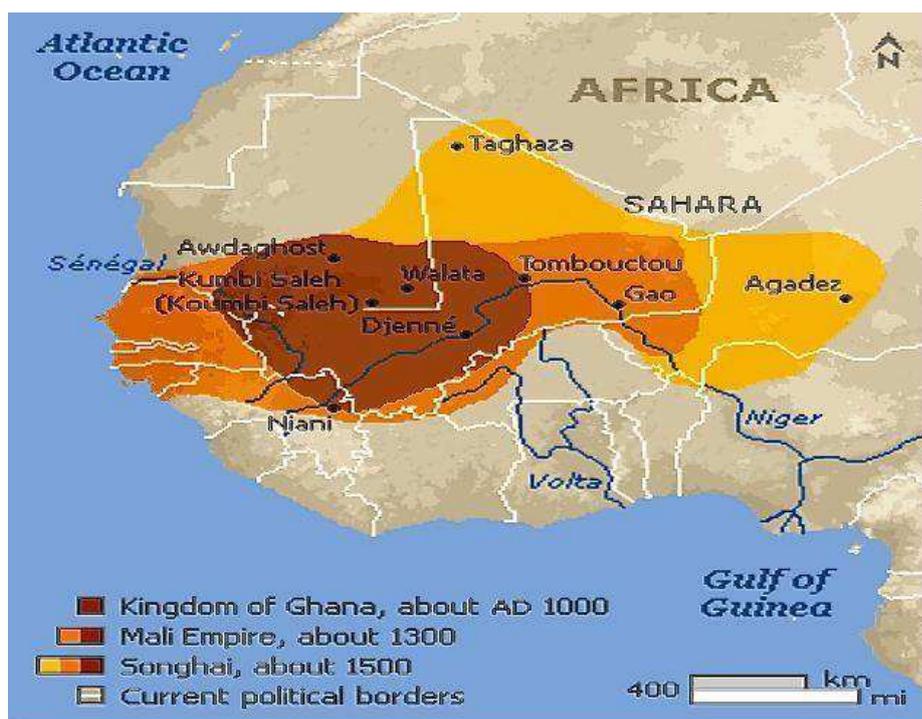
Sobre o Antigo Mali, o autor relata que no ano de 1235 houve a batalha de Kirina, liderada pela coligação de povos mandingas sob a regência de Sundjata Keita, que derrotou o governo de Sumaoro Kante (1200-1235). Essa batalha foi considerada um acontecimento fundador no Império do Mali. Sobre a peregrinação a Meca (1324-1325), realizada por Mansa Mussa, outro grande representante do Mali, o resultado foi a estruturação de uma rede de contatos culturais e comerciais. No retorno dessa peregrinação, o Mansa Mussa ordenou a construção de vários palácios e edifícios religiosos. A inspiração muçulmana é perceptível nas portas, nas construções feitas de argila e nos deslumbrantes arabescos. A Grande Mesquita de

Djenné símbolo deste período, foi tombada como patrimônio histórico da humanidade pela UNESCO.



Grande Mesquita de Djenné (Mali)

A dissertação do professor Reinaldo Barroso Júnior (2009), que aborda a relação entre a Alta-Guiné e o Maranhão, nas décadas de 1770 e 1780, a partir do levantamento do tráfico de escravos, enfoca ainda a relação entre o Reino de Gana e Mali. O Reino de Gana possuía uma organização centralizada e complexa, causando grande impacto nas conquistas e trocas comerciais na área da África ocidental, entre os séculos IV e XIII. Esse reino teve pioneirismo nas estruturas sociais bastante fortalecidas. O Império do Mali também foi fortificado e dominou vários reinos nos arredores, tendo autoridade política e militar sobre uma grande parte da África ocidental.



Mapa do Reino de Gana, Império do Mali e Songhai

Existia no Mali uma organização interna descentralizada chamada de Mansaya, com vinculação na origem mítica do reino. No corpo social do império estavam presentes indivíduos que ocupavam a posição de administradores e militares. Neste modelo organizacional, o poder do governante estava centralizado na política externa juntamente com a exportação de escravos (prisioneiros de guerra e novos régulos). No âmbito religioso esse modelo organizacional criou uma possibilidade religiosa que juntava as religiosidades de culto aos ancestrais e o islamismo. Considerando a origem mítica do império, a população continuou seguindo as religiões tradicionais, enquanto o rei escolheu a religião islâmica. Sundjata Keita, também realizou uma peregrinação a Meca, se tornando símbolo de devoção ao islamismo. Foi chamado de Sundjata (Clã do Leão, Linhagem do Leão) por Sogolon Djata, um dos primeiros reis islamizados do Império do Mali. Com o comércio de escravos para exportação, expansão e vitórias militares, o reinado de Sundjata Keita foi conhecido como um período de ouro, a produção de sal permitiu uma expansão no comércio do império e o islamismo dominou todo o Mali nos anos de 1136 e 1353.

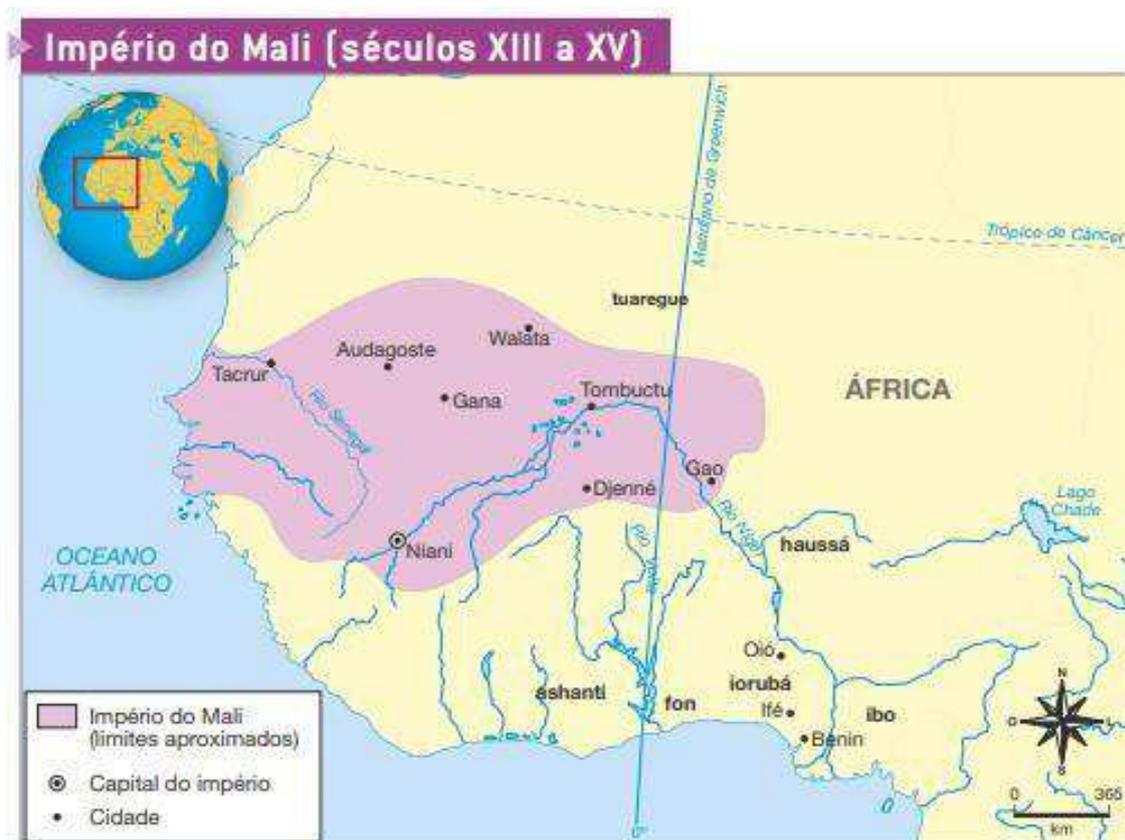
No território do Sahel, durante o século IV, Gana cresceu como um reino por consequência das caravanas, comercializando mão-de-obra escrava, ouro e sal. Gana também tinha uma esfera de influência e um núcleo de poder coeso. O reino de Gana possuía uma organização centralizada e complexa, causando grande impacto nas conquistas e trocas comerciais na área da África Ocidental, chegando até algumas partes da Senegâmbia. O reino

foi imponente ao ponto de dominar aldeias e comunidades entre os séculos IV e XIII, teve ainda pioneirismo nas estruturas sociais.

O Mali assim como Gana foi um Estado fortificado e dominou vários reinos nos arredores, exercendo autoridade política e militar sobre uma grande parte da África Ocidental. O Estado crescia a partir das cobranças tributárias e interferia culturalmente a partir do processo de malinkinzação. De acordo do Barroso Júnior (2009), durante o século XIII, o império do Mali conseguiu conquistar sete grandes reinos chamados: Siné, Tekrul, Saloun, Brasu, Kasa, Wuli e Kaabu. Os malinkes obtinham um poder centralizador na política do Sudão Ocidental, atrelado a uma forte administração cultural, política e social.

Logo após o mandato do Sundjata Keita, seus sucessores não deram continuidade as características da administração imperial que haviam possibilitado o fortalecimento do império no século XIV. Sem essas características os sucessores não obtiveram mais sucesso e força para garantir o controle do império, assim no século seguinte, a independência dos povos subjugados foi predominante. Em decorrência das independências dos reinos anteriormente submissos, o Império do Mali passou por uma gradual desagregação.

3. ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA: reflexões sobre os reinos e impérios africanos no livro didático.



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2001. p. 216.

Neste capítulo será trabalhado o Império do Mali, tomando como base o livro *História Geral da África: século XII ao XVI*, volume IV; particularmente, o capítulo 6 - O Mali e a segunda expansão Manden (Djibril Tamsir Niane) e o capítulo 7 - O declínio do Império do Mali (Madina Ly-Tall). E o livro *História da África*, de José Rivair Macedo (2013).

De acordo com Djibril Tamsir Niane (2010), o povo Manden (Mandingo ou Mandenka) era constituído por diferentes grupos e subgrupos localizados na região SudanoSaheliana. No século XI existiam nessa região três grandes grupos: no sul, localizado na bacia do alto Níger, o grupo Malinké ou Maninka; os Soninke, fundadores de Gana, e os Sosoe. O povo soninke, em decorrência do declínio do Império de Gana, se mudaram de Wagadu para perto dos povos situadas nas margens do Níger. No século XV a cidade de Djenne-Djeno alcançou o seu apogeu com o povo soninke, instigados pela busca do ouro em direção ao sul, chegando até a orla da floresta.

Estudos arqueológicos afirmaram que no século III a.c, a cidade de Djenné-Djeno foi erguida por povos que criavam animais, trabalhavam com o ferro e praticavam a agricultura. Além do Planalto de Bauchi, na Nigéria, Djenne-Djeno foi o único lugar da África ocidental naquela época com atividade de metalurgia. O que torna evidente que o desenvolvimento da cidade não foi somente em função do comércio transaariano realizado no século IX e X pelos árabes. Durante o século III a cidade era muito populosa e parte do seu território estava situado entre o rio Niger e seu afluente, Bani. A cidade era uma grande importadora de cobre, constituindo assim um importante centro comercial entre o Sahel e savana. É possível destacar a troca por marfim, ouro e nozes-de-cola, bem como o cultivo do arroz em função da presença dos dois rios citados acima.

O surgimento do Mali veio com a segunda expansão manden, os clãs maninka partiram do alto Níger e depois se estabeleceram na Senegâmbia, a oeste. Nas terras haussa, os mercadores mandenka introduziram o Islã. Esses mercadores compravam nozes-de-cola e ouro dos povos que não eram adeptos do islamismo. O caráter guerreiro e pacífico foi dominante na expansão mandenka, no Sul a atividade expansionista continuou apesar do declínio do Império Manden, no século XV.

No ano de 1076 a capital de Gana, chamada Kumba Saleh, acabou caindo no poder dos Almorávidas. A cidade de Kumbi-Saleh perdeu por algum tempo o lugar como centro comercial, sendo substituída por Takrur. No século XII, segundo Al-Idrisi (2010) o reino de Takrur era muito poderoso especificamente em função das minas de ouro. O rio Senegal também foi dominado, o mesmo aconteceu com a cidade de Barissa. Os comerciantes de Takrur chegaram a superar os comerciantes de Gana, devido a guerra civil que prejudicou algumas províncias soninke. Durante o final do século XI, e na metade do século XII, antes do surgimento do Mali, o reino de Takrur exerceu um papel econômico de grande importância em toda região.

Durante o ano de 1100, a cidade de Tombuctu foi um importante ponto de rotas comerciais. O povo Soninke, após a cidade de Kumbi-Saleh ser tomada, iniciou um longo processo de deslocamentos e guerras. A cidade possuía mercadores que decidiram seguir o Islã, antes mesmo da dominância dos almorávidas, mas a grande massa popular seguia fielmente a religião dos seus ancestrais. Nos clãs e nas províncias aconteceram lutas por causa desses contrastes religiosos. Na província de Wagadu ocorreram guerras civis. É importante ressaltar que Gana no século VIII possuía relações comerciais com o Magreb.

Alguns muçulmanos árabo-berberes chegaram a ocupar altos postos nas cortes.

Sundiata Keita instituiu a cidade de Niani como pátria comum de todos os povos e território imperial. Nessa cidade tinha todas as corporações de ofício e uma grande população. Quando Sundiata Keita morreu, o historiador Ibn Khaldun (Túnis, 1332- Cairo, 1406) fez uma completa lista dos mansa do Mali, no período de meados do século XIII chegando até o fim do século XIV. Essa lista coincide com as tradições históricas realizadas do Manden, onde nos é apresentada a importância econômica e política do Mali dentro do mundo muçulmano durante o século XIV. Após a morte de Sundiata Keita, o princípio velho de sucessão patrilinear não foi realizado e realizado. O poder foi tomado pelo Mansa Yerelenku no período de 1250 até 1270. Com a morte do Mansa Yerelenku, ocorreu intrigas palacianas. No ano de 1307 Kanku Musa, que era sobrinho de Sundiata Keita recebeu o título de Mansa Musa I e governou até 1332. Vários autores descrevem que este momento foi o apogeu do Mali.

De acordo com José Rivair Macedo (2013), Mansa Musa I (1307-1332) um dos imperadores mais conhecidos do Mali, fez a peregrinação a meca no ano de 1325, distribuindo grande quantidade de ouro por onde passava, o que fez a cotação desse metal precioso cair. A história do Sudão Ocidental depois dessa peregrinação teve importantes consequências, pois despertou o interesse de Portugal, Itália e Egito sobre o Mali. Mansa Musa tinha orgulho desse poder e buscava reforçar a imagem de um Eldorado para os estrangeiros. Segundo tradições orais, Mansa Musa I partiu de Niani com uma escolta enorme, cerca de 5000 servidores e 60 mil carregadores, todos com vestimentas recobertas de ouro e também com bengalas de ouro. O mansa chegou a comprar casas e terras no Cairo e em Meca, deixando abrigo para peregrinos sudaneses. Também estabeleceu relações sólidas com os países visitados. Depois dessa viagem, o mansa levou o arquiteto Ishak al-Tuedjim para Tombuctu que construiu Madugu (o palácio real) e a grande mesquita de Gao. O material comum era terra batida, situada nessa parte do Sudão.

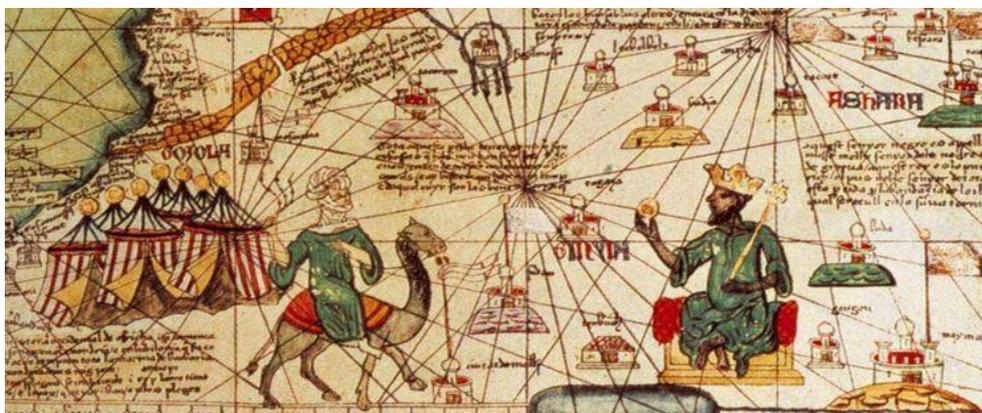


Imagem de Mansa Musa no Mapa Catalão

O historiador árabe al-Umari elaborou um quadro da administração do império do Mali. Sobre o mansa e sua corte, descreve que o mansa era conhecido como o patriarca de todos os súditos, chamado de Nfa Mansa, que seria “Senhor, meu pai”. Ibn Battuta relata que o mansa fazia duas audiências públicas por dia: a primeira na famosa sala de audiência construída por Musa I, no palácio, e a segunda ao ar livre, em um trono sustentado por armações de ouro e marfim.

A organização política e administrativo do império era muito vasta, a província tinha ampla autonomia e funcionava como uma confederação. A fonte sobre todo poder era colocada no mansa, o chefe do governo. O mansa sempre estava acompanhado de um griot, e devido ao alto cargo que ocupava deveria falar baixo, o griot sendo o porta voz do Imperador repetia as palavras ditas pelo mansa em voz alta. O griot trabalhava também como mestre de cerimônias, regente da orquestra da corte e preceptor dos príncipes.

Nas funções militares, os *tontigui* formavam a cavalaria e também eram chamados de portadores de *aljavas*. O corpo de elite era a cavalaria. A pequena nobreza era composta pela infantaria que usava *aljavas* e flechas, no Saara a infantaria usava lanças e escudos de peles. O exército do Mali, durante o apogeu do império, não utilizava tropas formadas por escravizados. Essas tropas começaram a aparecer só tardiamente. A província de cada parte do território era composta por homens livres nas guarnições e nas fronteiras.

O cobre, a nozes-de-cola, o ouro e o sal desempenhavam um papel muito importante na economia e comércio do Mali. O império detinha numerosas minas de ouro, recebendo assim o título de maior produtor de metais preciosos do Velho Mundo. Grupos étnicos especializados praticavam a pesca, o peixe seco ou defumado era embalado em cestos grandes e comercializados em todo território do império. Além disso ocorria ainda a criação de animais, como caprinos, bovinos e ovinos, grande parte dos camponeses realizavam essa atividade. As castas eram responsáveis pelo artesanato. Na cidade de Niani existiam grandes forjas de metal, ferreiros fabricavam armas e foices para arar a terra. Nos montes do Manden o metal era muito abundante. Os países da África setentrional compravam bastante couros e peles do Mali, que eram feitos pelos clãs dos sapateiros. Existiam grupos especializados no trabalho de extração do ouro, em geral, moravam nos grandes centros urbanos. Nesse império a tecelagem cresceu, causando grande exportação para as províncias do sul

Nos meados do século XV, o comércio do império que se estabelecia antes no mundo árabe, nesse século foi gradualmente se voltando para o litoral. Os mercados das cidades como Djenné e Tombuctu, sendo dominados agora pelos Songhai, foram substituídos pelos mercados

de Djagrancura e Sutuco, localizados no rio Gâmbia. Muitas dessas informações apresentadas pelos autores pesquisados, resultam não só de fontes orais, mas também de fontes europeias e árabes. Leão, o Africano, abordou os resquícios do poder do Mali, durante o século XVI, disponibilizando informações preciosas sobre este contexto. É também possível citar, Ta'rikh al-fattash e Táríkh al-Sudan, duas crônicas sudanesas que contribuíram no conteúdo sobre o declínio do Mali. Logo depois do século XIV, por causa da peregrinação do mansa Kanku Musa para Meca, as relações do império e da África setentrional cresceram e se tornaram intensas. A influência do Mali expandiu suas próprias fronteiras, devido ao desenvolvimento cultural e econômico causado por essa peregrinação. A cultura islâmica que foi introduzida causando uma certa perturbação nos costumes do Mali.

Mansa Solimão e Mansa Kanku Musa, foram considerados governantes enérgicos, diferente dos governantes sucessores. Na corte cresciam intrigas. Com a ascensão do império no século XIV o poder central perdeu sua força e assim teve um enfraquecimento. No baixo Níger, se desenvolveu uma potência nova: o Império Songhai, que excederia o Mali. O controle que antes o Mali obtinha sobre o comércio transaariano sofreu grandes ataques, causado pelos berberes, tuaregues, tropas Songhai e pelo Sunni Ali, futuro líder deste império em ascensão. Durante o século XIV, os grupos berberes pagavam tributos aos mansa do império. Mas não tardou para que eles se revoltavam contra a autoridade central. No período de governo dos mansas Solimão e Kanku Musa, esses grupos eram submissos ao poder central. O Império depois do falecimento do Mansa Musa II, no ano de 1387, passou por uma crise sucessória, uma parte mais antiga da família real, e que eram descendentes de Sundiata Keita, tentaram reconquistar o poder.

Na região do Sahel durante três anos, ocorreram intrigas, disputas e dois mansas foram mortos. Isso causou uma perda e fragilidade na autoridade central e no poder real. No século XV, especificamente no ano de 1433, tuaregues fizeram inúmeras investidas na cidade de Tombuctu e conseguiram dominar outras cidades do Sahel, como Gao, Walata e Nema. O grupo nômade dominou também o comércio transaariano e prosseguiu em direção ao sul. A economia do Mali, devido aos ataques dos tuaregues e do Império Songhai, ficou prejudicada.

Sobre o comércio, os mansa do império do Mali dominavam as minas de ouro do Burem, bastante procurada pelos comerciantes Wangara. Esses comerciantes se deslocavam da região Ashanti em busca do ouro. Existiam trocas de ouro por cobres nas caravanas, que também eram trocados por fibras vermelhas, tecidos de algodão, vestimentas ornadas de prata, ouro e linho. No Futa, os europeus compravam cavalos e vendiam na Gâmbia. Outro comércio, o de sujeitos

escravizados, foi surgindo devido à grande demanda por mão de obra cativa, sobretudo, atreladas ao comércio transaariano.

Sobre a criação e a agricultura, a estação de chuva nas províncias ocidentais do Mali favorecia a ostentação de campos de algodão e arrozais, predominantes nas margens do Gâmbia. Essas províncias muito bem regadas pelos cursos de água e chuvas. Essa característica interligava a agricultura juntamente com a criação de animais. Esses animais domésticos eram criados por camponeses. Pastores Fulbe adentravam e cresciam no Gabu e Gâmbia, devido aos pastos enormes eles se fixaram nessas regiões. Também desempenharam um papel político importante durante o final do século XV.

Existiam florestas-galerias no percurso das margens. A caça era muito abundante e no interior dessas florestas, nas áreas que não era densas, existiam grandes manadas. As presas dos elefantes originavam o comércio do marfim. Os Manden (Mandenka ou Mandingo) que compreende vários grupos e subgrupos, dispersos por toda a zona sudano-saheliana, do Atlântico até as florestas do golfo do Benin, eram chamados de grandes caçadores. O caçador com bastante conhecimento e reputação na floresta, estava diretamente ligado as religiões tradicionais.

Entre os Manden ocidentais a descendência matrilinear era muito recorrente, a sucessão matrilinear era adquirida no plano político. Os costumes dos Manden ocidentais, principalmente os religiosos eram animistas. Também existia um grande número de muçulmanos que possuíam um islamismo só de encenação. O mansa muçulmano em Casamance antes de entrar em qualquer guerra solicitava uma consulta com os adivinhos. Existiam costumes para as colheitas serem boas e abundantes.

A religião tradicional ainda era bastante cultuada e valorizada. Ao longo do século XVI o Islamismo cresceu muito. Nessa mesma época, era comum a distribuição de amuletos por parte dos marabus e a proibição de ingerir carne de porco. O proselitismo deles se dirigiam aos chefes. Os súditos dos mesmos também estariam convertidos, pelo menos aparentemente. O cristianismo também estava presente em competição com o proselitismo dos marabus, assim o islamismo era facilmente trocado pelo cristianismo, devido a conversão superficial dos chefes. Surgiu na população Manden ocidental realidades novas que confrontaram o tradicional dessa população como: a cultura cristã e muçulmana.

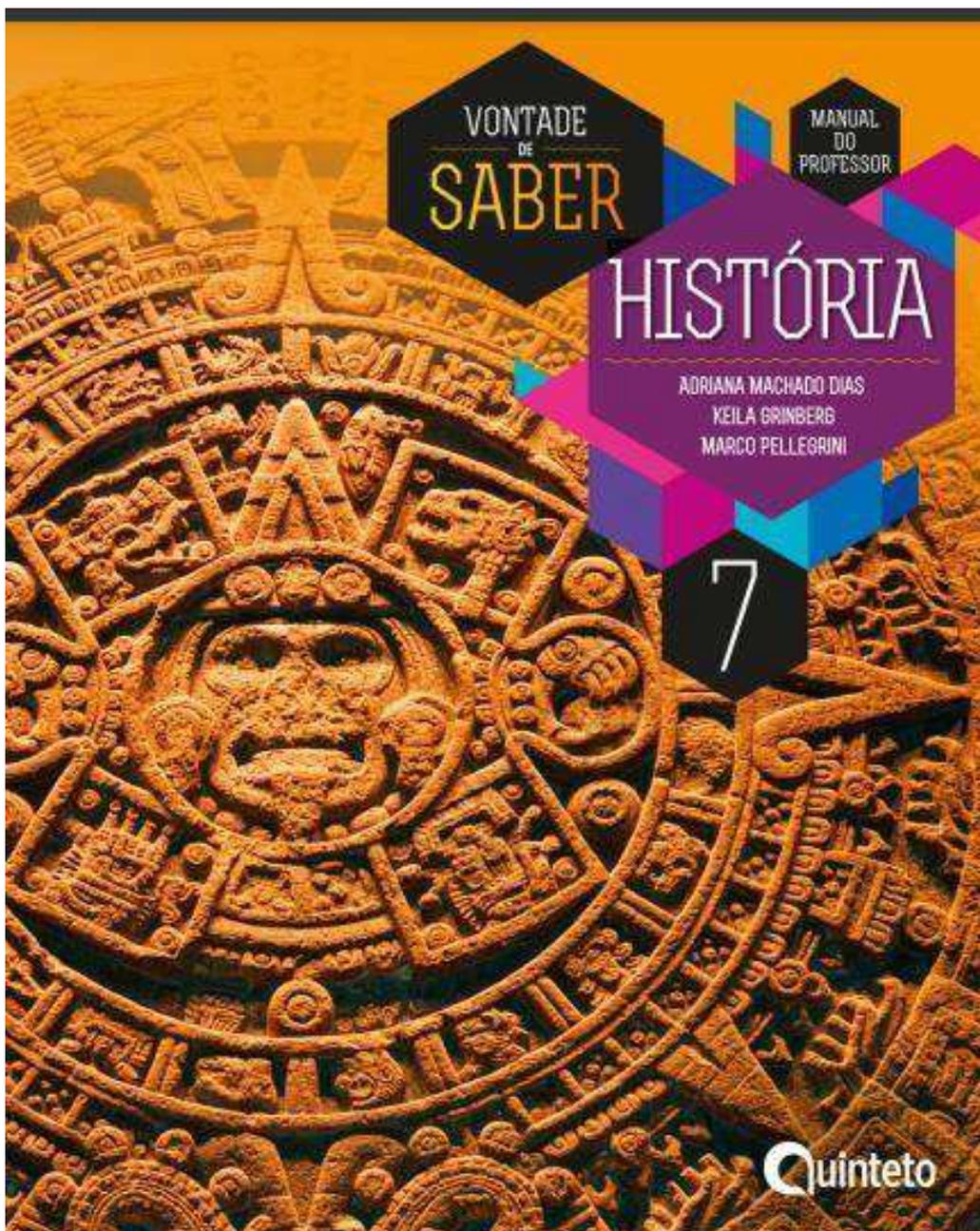
Sobre o fim do Império do Mali, podemos destacar a ingerência portuguesa naquela região. A relação com os portugueses foi marcada pela resistência dos povos que habitavam as regiões costeiras. Frente a resistência ali instituída, esses colonizadores foram obrigados a mudar a conduta, se empenhando e conquistando a confiança dos chefes locais. Uma das

principais estratégias de controle e ocupação de algumas áreas, bem como o acesso a um número crescente de cativos em toda costa ocidental africana foi sem dúvida a utilização dos chefes locais.

Essa relação inaugura um novo momento na História do continente africano, que será diretamente afetado pelas dinâmicas do tráfico transatlântico, que retirou um número significativo de indivíduos do continente, enviados para o chamado Novo Mundo no âmbito do trabalho escravo. Este episódio mudou por completo a realidade marcada pela pujança e autonomia dessas sociedades. A escravidão atlântica foi o estágio primeiro de um longo processo de desestruturação que desembocará na Conferência de Berlim e início do processo de colonização em África.

3.1 Análise do livro didático Vontade de saber História (7º ano)

Frente ao contexto acima exposto, que buscou estabelecer uma contextualização histórica e social do Império do Mali, demonstrando a importância deste império para a antiguidade africana, e tomando como base o debate sobre Ensino de História feito no primeiro capítulo, objetivamos analisar como este conteúdo é apresentado no livro didático no sentido de identificar se este material contribui para o Ensino de História da África Antiga na sala de aula.



Assim, analisamos o livro didático “Vontade de Saber História”, dos autores Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, da Editora Quinteto, publicado ano de 2018. O livro é voltado para o ensino fundamental (7ºAno) da rede pública. Comentando brevemente sobre os autores: Adriana Machado é Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), Especialista em História Social e Ensino de História pela UEL-PR, atuou como professora de História em escolas da rede particular de ensino, autora de livros didáticos de História para o Ensino Fundamental e Médio; Keila Grinberg é Professora licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ), Doutora em História Social pela UFF-RJ, Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UNIRIO-RJ); Marco César Pellegrini é Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual (UEL-PR), atuou como Professor de História em escolas da rede particular de ensino, editor de livros na área de ensino de História, autor de livros didáticos de História para o Ensino Fundamental e Médio. O Capítulo 3 desse livro com o título: Reinos e Impérios africanos, começa na página 46 e termina na página 66, totalizando vinte páginas dedicadas aos conteúdos sobre a História da África. O conteúdo é sobre África Antiga: como por exemplo o continente africano, as rotas transaarianas, o Islamismo na África, o Reino de Gana, o Império do Mali, o Império Songai, os reinos iorubás, máscaras africanas, o Reino do Congo e a Metalurgia nas sociedades africanas.

Orientação geral

• Ao conversar com os alunos sobre a diversidade de povos e culturas presentes no continente africano, comente que, atualmente, esse continente ainda apresenta uma grande diversidade de línguas. De acordo com o historiador e diplomata brasileiro Alberto da Costa e Silva, é possível que lá sejam faladas, nos dias atuais, mais de mil línguas. Algumas delas, como o hausa e o swahili, são faladas por milhões de pessoas, enquanto outras são compartilhadas por apenas algumas dezenas de falantes.

• Para mais informações sobre a história dos povos africanos, consulte a coleção indicada a seguir:

• UNESCO. *História Geral da África*. 2. ed. Brasília: Unesco, Setad/ MEC; Lisboa: 2010 (8 volumes). Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-the-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_anexo. Acesso em: 29 set. 2015.

Clareando conceitos

• Para aprofundar o estudo das sociedades africanas, veja o áudio sobre uma lenda afro-brasileira.

O continente africano

A África abriga uma grande diversidade de povos. Cada um deles tem sua própria língua, tradições e religiosidade. Esses povos também apresentam diversidade em relação à forma de organização social e política. Entre os séculos VI e XV, havia vários grupos nômades, muitas comunidades que viviam em pequenas aldeias e também povos que estavam organizados em grandes reinos e impérios.

Observe o mapa e a linha do tempo.



No tópico o continente africano, é abordado sobre a grande diversidade existente nesse continente. Essa diversidade é atribuída às organizações políticas e sociais: entre os séculos VI e XV, existiam grandes Reinos e Impérios africanos. Na página 48 do livro é mostrado um mapa desses Impérios e Reinos africanos (500-1600), e também descreve cada um deles: Reino de Gana (VI ao XIII) que dominou povos que habitavam perto dos rios Níger e Senegal; o Império do Mali (XIII ao XV) que dominou e conquistou o Reino de Gana; o Reino do Congo (XIV ao

XVIII) que se desenvolveu no centro oeste da África e, por último, o Império Songai (XV e XVI) que conquistou o Império do Mali.

No tópico sobre as rotas transaarianas, é apresentado como o deserto do Saara foi muito importante para as rotas de mercadorias e circulações de pessoas no interior do continente, bem como a relevância do camelo na deslocação durante o século VII. Essas rotas transaarianas permitiram trocas comerciais, comunicações entre os povos das savanas, das florestas tropicais do sul do Saara e do deserto. Trocavam tecidos, sal, ouro, mantimentos e pessoas que foram escravizadas. É mostrado um mapa das rotas transaarianas, no século XIV. Na página seguinte é abordado sobre o Islamismo, sobre sua origem na Península Arábica, religião monoteísta e baseada nos ensinamentos pelo profeta Maomé, os seguidores são denominados muçulmanos. O livro sagrado é Alcorão ou Corão. Também é mencionado sobre a expansão islâmica no século VII e sobre a cultura islâmica.

O livro relata como a cultura islâmica contribuiu para a disseminação e produção do conhecimento, que foram resgatadas obras literárias científicas, técnicas e filosóficas dos antigos gregos e traduzidas para o árabe. Resgataram também saberes indianos, chineses e persas, difundiram e aprimoraram em algumas regiões do Ocidente.

Na página seguinte o tópico é sobre o Islamismo na África, durante o século VII o Islã já fazia parte do cotidiano de inúmeros povos africanos, inicialmente no Norte da África e depois em outras regiões. É relatado sobre a difusão dessa religião que aconteceu por conta do comércio, os comerciantes muçulmanos passavam suas ideias e crenças. Os ulemás também tiveram relevância nessa difusão na África, que ensinavam os princípios islâmicos durante as leituras do Alcorão. No outro tópico chamado “A escravidão nas sociedades islâmicas”, é comentado as funções que os sujeitos escravizados desempenhavam, no campo administrativo, militar e doméstico, além das funções na produção artesanal, na agricultura e nas minas de sal.

BNCC

Os temas abordados nesta página contemplam a habilidade EF07HI03, ao contextualizar a expansão do islamismo no continente africano e suas consequências para as populações locais. Ao expor o assunto com a turma, promova uma reflexão sobre como a escravidão era justificada dentro das sociedades islâmicas e contribuiu no processo de imposição da religião aos povos conquistados.

Orientações gerais

• Comece com os alunos que, apesar da difusão, na África do Cristianismo e, posteriormente, do islamismo, as religiões tradicionais africanas continuam fortemente arraigadas na população. Sua presença permanece forte mesmo em regiões onde o islamismo se impôs há séculos. Um exemplo de resistência ao Islã e de apego às antigas tradições foi dado pelo povo dogon, entre os séculos XIII e XV, este povo migrou de sua região, na atual Mali, para fugir da islamização, e se fixou em áreas de difícil acesso, a leste do rio Níger, de modo que puderam preservar suas tradições até os dias de hoje.

• Sobre a escravidão islâmica, leia as informações do texto a seguir.

[...]

Inicialmente os escravos eram prisioneiros capturados nas guerras locais que expandiram o Islã da Arábia pelo norte da África e ao longo da região do golfo Pérsico. A exportação era justificada com base na religião, e aqueles que não eram muçulmanos eram legitimamente portadores de escravidão. [...]

Na tradição islâmica, a escravidão era vista como

O Islamismo na África

A religião islâmica passou a fazer parte do cotidiano de vários povos africanos a partir do século VII. A princípio, o islamismo foi difundido no Norte da África, mas logo conquistou adeptos em outras regiões do continente.

A difusão do islamismo na África aconteceu principalmente por meio do comércio, pois, além de suas mercadorias, os comerciantes muçulmanos levavam consigo suas crenças e ideias.

Os **almoxarifes** também foram importantes agentes na difusão do islamismo pelo continente africano. Profundos conhecedores dessa religião, eles peregrinavam pelas mais distantes regiões ensinando os princípios islâmicos por meio da leitura do Alcorão.

Desenho
de um alcorão e
sua abertura para
a leitura islâmica.

Tapas de madeira com inscrições do Alcorão, objeto em escolas islâmicas da Nigéria, século XI. O islamismo já era presente em muitas sociedades africanas no século XI.



A escravidão nas sociedades islâmicas

A escravidão estava presente em várias sociedades africanas islamizadas. Os escravizados desempenhavam diferentes funções. Muitos deles prestavam serviços administrativos e militares, outros realizavam serviços domésticos. Além disso, havia aqueles que trabalhavam nas minas de sal, na agricultura e na produção artesanal.

Embora não fosse a principal atividade econômica dessas sociedades, o comércio de escravizados era bastante lucrativo, principalmente para os europeus. Eles controlavam os mercados e as rotas de comércio, sendo responsáveis pelo fornecimento de escravizados tanto para compradores locais como estrangeiros, principalmente europeus.



Traficantes conduzindo um grupo de pessoas escravizadas por uma rota de comércio na África durante a época islâmica.

52

um meio de converter os não-muçulmanos. [...] uma das razões do êxito era a instrução religiosa, e teoricamente os muçulmanos não podiam ser escravizados, embora na prática isso fosse muitas vezes violado. A conversão não levava automaticamente à emancipação, mas a assimilação à

sociedade do senhor; [...] aliada de acordo com a observância da religião, era considerada um pré-requisito para a emancipação e escravos não garantiam melhores tratamentos. [...]

LORENZO PAU V. A escravidão árabe e o tráfico de escravos. In: *Tráfico de Escravos e Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 47-68.

52

Na página 48 é comentando sobre o Reino de Gana, que foi fundado no século VI pelos povos do deserto, apresenta as suas cidades principais Tegdaoust e Koumbi Saleh, localizadas entre o deserto do Saara e os rios Níger e Senegal. Os soninquês que eram chamados os habitantes desse reino, a exploração aurífera, o comércio e agricultura eram suas atividades. No

subtópico aborda os servidores do reino, que eram divididos em vários setores, como o palácio, funcionamento do Estado os encarregados no controle do setor financeiro. O exército também era importante nesse reino.

O Reino de Gana

O Reino de Gana foi fundado no século VI por povos do deserto. Ficava localizado entre o deserto do Saara e os rios Senegal e Níger. As principais cidades da Gana eram Koumbi Saleh e Tegdaoust.

Os habitantes de Gana, conhecidos como **soninquês**, dedicavam-se à agricultura, ao comércio e à exploração aurífera, atividades que trouxeram grande prosperidade ao reino.

O soberano do reino era chamado de **gana**. Seus súditos lhe deviam tributos e eram obrigados a prestar serviços militares em tempos de guerra. Uma particularidade do Reino de Gana era que, para seus soberanos, era mais importante ter muitos súditos do que grandes extensões de terra.

Leia o texto.

[...] Sua soberania estende-se sobre os homens e não sobre a terra. O monarca não estava interessado em ampliar seu poder pela aquisição de novos territórios, mas em submeter números crescentes de **sobados**, cidades, aldeias e grupos humanos, que lhe pagassem tributo e lhe pudessem fornecer soldados para a guerra, servidores para a corte, lavradores para os campos reais. [...]

12. v. 1. *Os povos do Saara e do deserto e a longa história antes dos portugueses*. T. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 277.

Os servidores do reino

Os soberanos do Reino de Gana tinham à sua disposição um grande número de servidores, que atuavam em diferentes setores. Havia desde servidores encarregados de cuidar das atividades cotidianas no palácio, onde vivia o soberano, até aqueles que desempenhavam papéis mais ligados ao funcionamento do Estado, como os encarregados pelo controle do setor financeiro.

Militarmente, o reino dispunha de um grande exército, formado tanto por povos aliados como por povos que haviam sido subjugados. O papel do exército era fundamental para a manutenção do reino, já que, além de defender o território de ataques inimigos, era o responsável pela conquista de novos sobados.



Sobado é o termo que usamos para nos referirmos a uma das principais cidades do Reino de Gana.

Gravura do século XIX que representa o soberano de Gana e seus súditos.

53

BHCC

O assunto explorado nesta página favorece o trabalho com a habilidade EF07H03, ao apresentar algumas características do **Reino de Gana**, com destaque para a sua organização social. Ao abordar o tema com a turma, peça-lhes que leiam atentamente os textos, procurando identificar os diferentes grupos sociais que compunham essa sociedade (soninquês, servidores do reino e o próprio gana). Incentive os alunos a descrever, também, como era a relação entre o soberano (gana) e os habitantes do reino (súditos). O objetivo é que eles compreendam a dinâmica social que se desenvolveu no Reino de Gana, no qual os súditos pagavam tributos e prestavam serviços ao soberano como forma de manter e ampliar o poder do reino.

Orientações gerais

• Conforme com os alunos que escavaram arqueológicas realizadas em Koumbi Saleh, têm revelado importantes informações sobre como viviam as pessoas da cidade. Entre os vestígios escavados estão centros religiosos, moradas e vários objetos de cerâmica, metal, vidro e pedra. Caso haja oportunidade, retorne com os alunos o mapa da página 48, a fim de que eles possam identificar a localização dessa cidade no território correspondente ao Reino de Gana.

53

No tópico sobre o Império Mali, abordado aqui neste trabalho, é apresentado que durante o século XIII o reino de Gana foi dominado e conquistado por povos vizinhos, fundando o Império do Mali. Faz referência ao mansa que era o soberano, político, religioso e militar. Suas principais cidades eram Tombuctu, Gao e Jené. Os povos desse Império eram de várias etnias, principalmente os mandingas. Durante o século XIV, foi composto pelos povos da região do rio Senegal, como por exemplo os fulas, jalofos, sereres e tucoles, localizados no rio Níger, e também os soninquês e bambaras.

Orientações gerais

• O texto a seguir apresenta mais informações sobre o Império Mali. Caso julgar oportuno, compartilhe estas informações com a turma.

O Império do Mali não tinha organização distinta da de seu antecessor, o de Gana. Não era um estado unitário nem homogêneo. Compreendia as mais diversas formas políticas, desde reinos e cidades-Estado a aldeias que obedeciam a conselhos de anciãos. A exterioridade e a fragilidade dos territórios que lhe pagavam tributo e lhe forneciam tropas exigiam dos reis uma ampla tolerância para com as peculiaridades de cada parcela do império e, portanto, por isso mesmo, uma política de tolerância.

[-]

O mansa era o chefe de todos. Era mais do que humano é, por isso, divino em segredo. Jamais alguém a ver ou a dirigir diretamente aos súditos: um intérprete e barão, o *dieli*, repetia em voz alta o que o rei lhe mandava. Quando dele só se chegava [...] decaici, vestido de roupas negras ou de ferrugem. E se o mansa, por intermédio do "língua", se dirigia aos súditos, estes jogavam areia sobre a própria cabeça e as próprias costas.

De tanto versátil e bom dançado, envolto num turbante de bocaões de ouro, *Sulimá* dava ordens. Sentava-se em almofadas de seda, coberto um guarda-estocado por um pássaro de ouro, do tamanho de um falcão. Cercava-se de chefes militares, a pé e a cavalo, e trouxeram, nas ocasiões mais solenes, aljofas de ouro e prata, espadas de ouro, lanças de ouro e cristal. À sua volta dispunham-se também os seus funcionários, e grande número de pajens, soldados, escravos, e músicos com tambores, trompas, etc.

[-]

Mal, África do Oeste, A. Kerviler e A. Lange, a África antes dos portugueses, t. 2, Rio de Janeiro, Livros Pioneira, 2006, p. 313-317.

O Império Mali

No século XIII, o Reino de Gana foi conquistado por povos vizinhos, que fundaram o Império Mali. O soberano do Mali, denominado **mansa**, era o comandante militar, político e religioso do império, e recebia tributos de seus súditos.

As principais cidades do Império eram Jené, Gao e Tombuctu. Diferentes povos habitavam o Mali, como mostra o texto a seguir.

A população do Mali era composta de várias etnias, sendo os mandingas a principal delas. No século XIV o império era composto de povos da região do rio Senegal, como jalofos, sereres, tucoles e fulas; das cabeceiras do Níger, como bambaras e soninquês [-].

MULLA, Hamid de Tolo. África e Brasil africanos. São Paulo: Alfa, 2001, p. 75.

Representação do Império Mali em que aparece um mansa sentado em seu trono, usando uma coroa. Detalhe de mapa de Hamid-Gronqvist, 1915.

Atividade Após a construção feita a partir da visualização de textos, explique e justifique.

Monumento de Jené, no Mali, considerado a maior construção em adobe de estruturas. Em 1996, esta construção foi classificada como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Fotografia de 2016.

Esqueleto e mandolina de duas cordas. Também para si junto do rei duas esgas ricamente alvejadas. E dois carneiros, para comer e não-olhado.

[-]

Mal, África do Oeste, A. Kerviler e A. Lange, a África antes dos portugueses, t. 2, Rio de Janeiro, Livros Pioneira, 2006, p. 313-317.

54

É apresentado um mapa de Abraão Cresques (1375), conhecido como Mapa Catalão e já apresentado anteriormente, e uma fotografia da Mesquita de Jené, que foi considerada a maior construção em adobe da atualidade, tombada no ano de 1998 como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. No quadro orientações gerais sobre o Império do Mali, é mostrado uma citação do autor Alberto da Costa e Silva, em seu livro “A enxada e a lança”. Fazendo uma análise do livro, ressaltamos que o texto é muito rico em informações e interessante, a crítica seria sua localização na página que possivelmente pode ser ignorada pelos alunos.

No tópico a importância do comércio, nos é apresentado os produtos que eram comercializados: tecidos, marfim, ouro, sal e noz-de-cola. Os escravos também eram vendidos. Tombuctu, Jené e Gao eram cidades importantes nesse comércio, a maioria da população do Império habitava em vilarejos pequenos, dependendo de agricultura, da pesca e criação de animais. Nas cidades Tombuctu e Jené foram construídas e erguidas madrasas, ou seja, escolas que ensinavam estudos religiosos. No quadro chamado o Sujeito na história, relata sobre o viajante Ibn Battuta, seu nascimento em Tânger, no Marrocos atual, no ano de 1304. Ele que realizou inúmeras viagens pelo Oriente, na África e Ásia: viajou para Meca, localizada na Península Arábica; Alexandria, localizada no Egito, Pequim na China, Constantinopla no Império Bizantino e entre outras localidades. No ano de 1350, Ibn Battuta esteve no Império do Mali, fez relatos dessa viagem descrevendo geograficamente essa região, relatando sobre a corte do mansa. Ele destacou também o poder e a riqueza do Império, a força militar, rituais religiosos e a hierarquia política.



O sujeito na história Ibn Battuta

Ibn Battuta nasceu em Tânger, no atual Marrocos, por volta de 1304. Quando tinha aproximadamente 20 anos de idade, Battuta deu início a uma série de viagens pelo Oriente, passando muitos anos de sua vida viajando pela África e pela Ásia: Meca, na Península Arábica; Alexandria, no Egito; Pequim, na China; Constantinopla, no Império Bizantino; entre tantas outras localidades.

Por volta de 1350, Ibn Battuta esteve nos domínios do Império Mali e deixou alguns relatos sobre essa visita. Ele descreveu geograficamente a região e fez comentários sobre a corte do *mansa*, o imperador. Battuta também destacou a riqueza e o poder do império, fazendo observações sobre a hierarquia política dos membros da corte, a força militar e os rituais religiosos praticados na região.

Passou seis meses na cidade de Tombuctu, relatando sua importância comercial e a admiração pela mesquita de Jené.

Representação de Ibn Battuta acompanhado de um guia durante uma de suas viagens à África. Litogravura do início do século XX, feita por Hippolyte Léon Benett.



55

Na página seguinte, no quadro História em construção: Os griôs e a história de Mali. Nesse império, assim como outras sociedades no continente africano, a história religiosa, social e política era feita e transmitida por meio da tradição oral. Os griôs que narravam os acontecimentos passados, narravam esses fatos com poesia enquanto tocavam instrumentos musicais. Eles passavam esses ensinamentos de geração em geração. Em função da transmissão desses conhecimentos, a história do Império do Mali é conhecida atualmente. A tradição oral também é de grande importância para a manutenção e reatualização da história de Sundjata Keita, que foi considerado o fundador do Império do Mali. No artigo do historiador senegalês Djibril Tamsir Niane, citado no capítulo anterior, observamos como os griôs foram de grande importância para essas sociedades, o autor retrata ainda a grandeza e força de Sundjata Keita. O livro analisado, traz ainda um quadro com orientações gerais que apresenta algumas outras reflexões sobre os griôs.

ONCC

O tema abordado no boletim contribui para o desenvolvimento da habilidade **EF07MI03**, ao apresentar o trabalho dos **grãs** como uma forma de saber, relacionado à preservação e transmissão das tradições culturais dos povos africanos. Ao abordar o tema com os alunos, convém que, em várias regiões do continente africano, os grãs se destacam como importantes agentes históricos, pois transmitem de geração em geração as histórias de seus ancestrais.

Orientações gerais

O texto a seguir traz algumas reflexões sobre o trabalho dos grãs. Caso julgue interessante, leia-o para os alunos como forma de complementar o trabalho com o tema.

[...]

Mas afinal, quem são os grãs? São contadores, mensageiros, contadores de histórias e missionários públicos para os quais a disciplina da verdade perde rigidez, sendo-lhes fundado uma linguagem mais livre. Ainda assim, sobressai o compromisso com a verdade em o qual perderiam a capacidade de atuar para manter a harmonia e a coesão grupal, com base em uma função genealógica de fixar mitologias familiares no âmbito de sociedades tradicionais. [...]

Muitas vezes respaldadas pela música e valendo-se da coreografia ocorrem cenas antigas, cantando as grandes realizações dos "anceis e dos jovens", celebrando o heroísmo e a salvaguarda da honra. Em contrapartida, evocam o desprazer pelo medo da morte e denunciam os desonestos e os ladrões, revelando aos olhos os exemplos a serem seguidos ou repudiados.

56

Por seu turno, erapostando um caráter mítico às áreas narrativas, os grãs tornam-se sobras epopéias de heróis, desde os seus nascimentos até suas mortes, como símbolos da gênese de seus povos e de suas trajetórias. Dois exemplos clássicos são as narrativas sobre Sundjata Keita, fundador do Império Mali, e de Chaka, fundador do reino Zulu, no sul da África.

[...]

HOFFMANN, João Maria. Contadores de História. A África em sua história e cultura. São Paulo: São Paulo, 2005, p. 30-31.



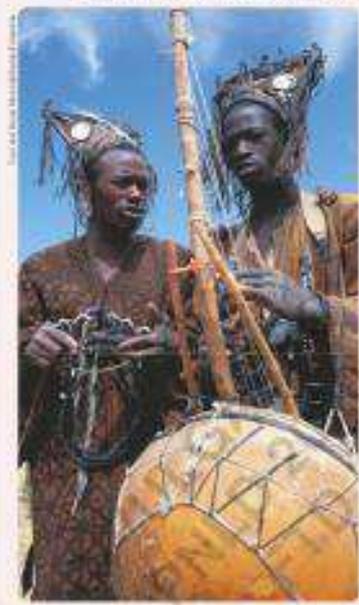
História em construção

Os grãs e a história de Mali

No Mali, assim como em outras sociedades da África, a história social, política e religiosa geralmente é transmitida por meio da tradição oral. Nessas sociedades, havia os grãs, homens que percorriam longas distâncias narrando os acontecimentos passados. Os grãs narravam os fatos em forma de poesia, enquanto tocavam instrumentos musicais. Em suas viagens, eles aproveitavam para conversar com as pessoas e conhecer novas histórias, a fim de incorporá-las em suas narrativas.

Os grãs transmitiram seus conhecimentos de geração em geração, possibilitando que vários aspectos da história do Império Mali se tornassem conhecidos atualmente. Esse é o caso da história de Sundjata Keita, considerado o fundador do Império Mali.

O texto a seguir conta por que Sundjata foi tão importante para a história do Mali. Para produzir esse texto, o historiador senegalês Djibril Tamsir Niane (1932-) baseou-se nas histórias contadas pelos grãs sobre o Império Mali. Leia-o.



Há reis que são poderosos graças à sua força militar: todo o mundo teme diante deles. Contudo, quando eles morrem, só se fala mal deles. Há outros, que não fazem nem bem, nem mal quando morrem, são simplesmente esquecidos. Outros são temidos porque têm força, mas sabem utilizá-la e são amados porque amam a justiça. Sundjata pertenceu a este último grupo. O povo o temia, mas o amava também. Ele foi o pai do **Mandinga**; ele deu a paz ao mundo. Depois dele, o mundo não conheceu mais conquistador [...]

NIANE, Djibril Tamsir. Sundjata ou o epopéia mandinga. Tradução: Ovídio Nogueira. São Paulo: Ática, 1982, p. 123. Disponível em: <www.cadernosdehistoria.org.br>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Fotografia de grãs em Senar, Mali, na atualidade.

• Produza um breve texto explicando como era o trabalho dos grãs e qual é a sua importância para a história do Império Mali. Escreva que de África conquistaram seu território e reformaram a cidade e o reino é importante trabalho dos grãs, passando-os como importantes agentes históricos. **tradição oral**, **herança cultural**, **relato**, **história**, **grupo social**, **Mandinga**, **Império Mali**.

56

Na página 57 aborda o Império Songai, que dominou e conquistou o Império do Mali. Esse Império Songai foi fundado na região do rio Níger. O domínio desse Império em Tombuctu, acabou por tornar essa cidade um grande centro de estudos.

BNCC

O conteúdo explorado nestas páginas possibilita o desenvolvimento da habilidade EF07H03, ao apresentar características dos reinos iorubás, com destaque para as manifestações artísticas, as relações comerciais e a organização política.

Orientações gerais

• O texto a seguir apresenta informações sobre os reinos iorubás. Utilize-o como subsídio para abordar o tema com os alunos.

[...] Habitantes de cidades e aldeias que se estruturam das savanas le florestas, os iorubás nunca chegaram a constituir um império centralizado, ao qual uma cidade dominasse politicamente as outras. E isso mesmo se percebiam como pertencentes a um único povo, apesar de acreditarem possuir uma origem em comum [...]

[...] No caso iorubá, as próprias cidades, e algumas aldeias sob suas influências, formavam aquilo que foi chamado de reino, ou seja, elas deveriam possuir suas próprias estruturas distintas e guardarem uma relativa autonomia política em relação às outras [...]

Também alertamos que o emprego da ideia de que esses grupos africanos agiam uma estrutura política parecida com uma federação, reino ou império deve ser percebida em uma dimensão um tanto diversa da europeia. Se o uso dos termos é uma ação comum, seus sentidos ou significados não são idênticos. É fato que certos costumes, comportamentos e estruturas políticas, práticas sociais e atividades culturais possuem alguma semelhança, mas os vínculos com as cosmologias e cosmogonias religiosas locais, a legitimação de chefias e linhagens, os laços comerciais internos entre as

Os reinos iorubás

Na região da atual Nigéria se desenvolveram, principalmente a partir do século X, diferentes reinos formados por povos da etnia iorubá, como os de Ifé, Owo, Queto e Benin.

Ifé era o reino mais importante para os iorubás. Formado no século VI, se tornou importante graças à sua posição de entreposto comercial e, também, porque seus artesãos aprenderam, desde cedo, técnicas de fundição do ferro.

Além disso, Ifé era um importante centro religioso e político. Nesse reino, morava o orô, o principal rei iorubá. Os demais reis eram denominados obás, e todos deviam respeitar a autoridade do orô.

Terracota, e gila, colada no ferro.

Ów de Ifé, escultura em terracota, século XVI.



A arte em Ifé

Escavações arqueológicas realizadas em Ifé revelaram que a arte iorubá era muito elaborada. Foram encontradas esculturas em terracota, cobre e latão, que datam dos séculos XII ao XV. Entre elas estão algumas esculturas que representam cabeças de reis, rainhas e outros nobres. Observe.



Escultura feita em terracota representando uma rainha iorubá, século XII.



Escultura de bronze representando um rei iorubá, século XIV.

58

dentas e a noção de fronteiras e propriedade entre os africanos destacam as diferenças entre os dois modelos. [...]

DE VAS, André Luis Ribeiro. A formação dos reinos do Ifé e de Ilorin: reflexões e comentários acerca de duas discussões em torno da construção da identidade étnica iorubá. *Mov. Etnóhist.*, v. 27, 2020, p. 10-15. Disponível em: <https://www.journals.uepa.br/revista-artigos/article/view/1012/1012>. Acesso em: 02/04/2024. DOI: 10.21915/2178-2624.1012

58

Na página 59, aponta como o Reino do Benin foi dos mais importantes reinos iorubás. No século XV esse reino foi fundado, onde eram comercializados tecidos, peixe seco, sal, cobre e dendê. Aqui o poder era centralizado no Obá. No tópico seguinte é comentando sobre a arte do Benin, os artesãos produziram relevos em placas de metal e esculturas. O livro traz ainda um quadro chamado “Encontro com Antropologia: a religião iorubá”, onde é relatado como

essa religião serviu de base para outras religiões, em diferentes partes do mundo. Nessa religião Olorum ou Olodumaré é denominado o deus supremo. Comenta-se que a cidade de Ifé foi o berço dessa religião.

O Reino do Benin

Um dos mais importantes reinos africanos foi o Reino do Benin. Fundado no século XV, esse reino prosperou principalmente por causa da atividade mercantil. Por esse reino passavam produtos como sal, penas brancas, **dendê**, tecidos e cobre. Para tornar mais ágeis as trocas comerciais, os reis utilizavam como moeda manilhas e barras de cobre.

O poder do reino era centralizado na figura do obá, que governava auxiliado por um conselho de nobres. O obá também controlava os chefes das aldeias que faziam parte do reino.

Realiza objetos em forma de siglas, como o obá.

A arte do Benin

Os artesãos do Benin produziram grande quantidade de esculturas e relevos em placas de metal, que mostram diferentes aspectos de sua cultura. Um exemplo dessa arte é a placa de bronze mostrada abaixo, que representa um obá acompanhado por chefes guerreiros. **Observe-a.**

O tamanho do personagem é uma indicação de sua importância na sociedade, por isso, o obá e o personagem maior.

A posição centralizada era, um dos principais símbolos de poder do obá e da realeza do Benin.

Esses personagens, assim como o que está no lado oposto da imagem, são um dos chefes guerreiros do obá.

O uso de cores, que cobre todo o relevo do obá, era reservado apenas ao personagem maior do reino.

Esses são os personagens do reino do obá e sua posição social inferior é indicada por seu tamanho menor.

Tratamento placa de bronze, século XVI

O dendê

Fruto de uma palmeira originária da região do Benin, o dendê foi introduzido na América no início do século XVI. De sua semente é extraído um óleo de excelente qualidade, que atualmente é um dos mais consumidos no mundo. O azeite de dendê é um ingrediente indispensável na elaboração de vários pratos da cozinha afro-brasileira, como o vatapá e o acarajé.

Frutas do dendê.

Orientações gerais

• Explore com os alunos a imagem da página pedindo-lhes que analisem a placa de bronze, seguindo as orientações em destaque. Aproveite o momento para avaliar a capacidade de análise crítica dos alunos e o conhecimento sobre essa forma de representação. Questione-os, por exemplo, sobre os elementos apresentados na imagem (posição, tamanho dos personagens, adornos utilizados etc.). Pergunte-lhes, também, se eles já viram esse tipo de representação. Espere-se que eles comentem que o relevo apresentado na página de abertura (página 47) é semelhante a esse e também foi produzido por artesãos do Benin. Além das semelhanças estilísticas e do material trabalhado (placa de bronze), eles podem notar a forma de representação do obá e dos guerreiros, os adornos e armadilhas utilizados.

Na página seguinte do livro didático, é relatado sobre as máscaras africanas e sua devida importância nas celebrações religiosas para os diferentes povos e etnias do continente africano,

sobretudo, nos ritos de passagem, nos cultos aos antepassados e nos rituais de guerra. Essas máscaras eram feitas de: marfim, pedras coloridas, ferro, bronze e madeira.

Na página 64, é apresentado o Reino do Congo, fundado durante o final do século XIV, perto do rio Congo. A capital era chamada Banza Congo, o governante principal era o *Mani Congo*. As mercadorias comercializadas por este reino eram tecidos, sal e metais. O reino possuía uma moeda chamada *nzimbu*, que facilitava as trocas de mercadorias.

Orientação geral

• Começamos os alunos que a cidade de **Banza Congo**, também conhecida como M'Banza Congo, foi capital do Reino do Congo e é atualmente a capital da província no Zaire, no norte de Angola. Cada julgue oportuno, mencione que ela foi fundada no século XIII, em torno de um núcleo inicial, formado pela árvore sagrada, pela residência real e pelo tribunal. Informa-lhes que essa área, atualmente, forma o centro histórico da cidade e foi declarada Património Mundial da Humanidade pela Unesco em 2017.

O Reino do Congo

O Reino do Congo foi fundado próximo ao rio Congo no final do século XIV. A capital desse reino era chamada Banza Congo, e nela vivia o *mani Congo*, seu principal governante. Leia o texto:

[O *mani Congo* era] o chefe supremo, por isso podíamos dizer que o poder estava centralizado nas suas mãos, ainda que fosse auxiliado por um conselho real.

O reino era muito forte e estava dividido em províncias, cada qual controlada e administrada por um chefe local. Esses chefes coletavam impostos e eram responsáveis pela gestão da produção económica de cada região.

No Reino do Congo, havia enormes mercados onde eram trocados produtos como sal, tecidos e metais vindos de várias regiões. Além disso, uma moeda circulava por todo o reino, facilitando as trocas. Ela era feita de uma concha, chamada *nzimbu*, que se encontrava na ilha de Luanda (Angola atual).



Ilustração de uma concha, a moeda que circulava no Reino do Congo.



Banza Congo, capital do Reino do Congo, em gravura do século XVII. Com a influência de Constantiniana, esta cidade teve o nome mudado para São Salvador de Congo.

A cidade esplanada nas suas falésias abertas da direita à ilha de Jarillo. Agui, 1706.

O texto é organizado como se fosse uma conversa com um dos maiores especialistas brasileiros em África. Cada pergunta e resposta, o texto aborda diversas questões do presente e do passado do continente africano.

64

A partir da análise do livro didático é possível observar que este material ajuda a desconstruir os estereótipos sobre a História da África, com textos, orientações gerais, com quadros informativos e reflexões. Sem dúvida é um material que traz avanços significativos quando comparado com outros materiais. Mas nesse quesito ainda é considerado pouco ampliado, em comparação a grandeza, riqueza e diversidade da história do continente africano. O conteúdo apresentado sobre o Império do Mali, poderia ser aprofundado no tocante as suas características principais, da sociedade e dos inúmeros povos que faziam parte desse Império. O livro poderia ainda ter aprofundado sobre a questão das cronologias dos diversos mansas que governaram o Império do Mali. A importância da batalha de Kirina, os sucessores de Sundiata Keita, depois de sua morte, e os diversos povos que habitavam nessa região. Seria importante mostrar o processo lento, gradual que foi o declínio do Império do Mali, como foi esse processo, suas consequências, bem como a emergência de novos impérios formados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já mencionado anteriormente, um aprofundamento sobre a história da África, particularmente da África antiga, é muito relevante. Como foi possível perceber ao longo do texto, o Império do Mali foi muito rico e abundante historicamente. As características gerais desse Império, sociedade, cultura e religião são de grande importância para um maior entendimento a antiguidade africana. Conhecer a história do continente africano é equivalente a conhecer o berço da humanidade. O império do Mali não era homogêneo e nem um estado unitário, possuía diversas formas políticas, além de estar estruturado em cidades-estados.

Tomando como base o conteúdo apresentado no livro didático, fico perceptível que já avanços muito com relação a alguns anos atrás, onde não era possível nem mesmo observar conteúdo sobre a história da África, muito menos sobre a História da África Antiga. O material aqui apresentado já mostra avanços nesse sentido. Como ficou perceptível o conteúdo apresentado traz informações relevantes sobre a antiguidade africana, como por exemplo o continente africano, as rotas transaarianas, o Islamismo na África, o Reino de Gana, o Império do Mali, o Império Songai, os reinos iorubás, máscaras africanas, o Reino do Congo e a Metalurgia nas sociedades africanas.

No entanto, o espaço reservado ainda é pouco frente a magnitude de toda essa História e sem dúvida carece de maior atenção. Cabe ressaltar que além do livro didático o professor e a professora podem buscar outros materiais complementares, é possível identificar uma gama bem ampla de materiais sobre os Reinos e Impérios africanos na internet, desde paradidático, vídeos, podcast dentre outros. Por fim, esperamos com este trabalho ter contribuído para um maior conhecimento sobre a História da África Antiga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia Maria, **Propostas para o ensino de história a construção de um saber escolar.** Fronteiras Revista de História, Guarulhos,2016.

Barroso Júnior, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta Guiné (1770-1800).**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História.** São Paulo:Cortez,2005.

EL FASI, Mohammed e HRBEK, Ivan. Etapas do desenvolvimento do islã e da sua difusão na África. In: EL FASI, Mohammed (org). **História Geral da África: África do século VII ao XI**, vol. III. Brasília: Unesco, 2010.

FUNARI, Raquel dos Santos. A África Antiga no Ensino de História, **Heródoto**, Unifesp, Guará,v.3,n.2,Dezembro,2018,p-194-204.

HAKEM, A.M. A civilização de Napata e Meroé. In: MOKHTAR, Gamel (org). **História Geral da África: África Antiga**, vol. II. Brasília: Unesco, 2010.

HISTÓRIA FM 065:Império do Mali: ascensão e queda de um Império. Entrevistador: Iglesias Rodrigues. Entrevistado: Otávio Luiz.[s.l].**Leitura Obriga**HISTÓRIA,26 jul.2021.Podcast.Disponível em <https://anchor.fm/historia-fm/episodes/065-Imprio-do-Mali><https://anchor.fm/historia-fm/episodes/065-Imprio-do-Mali-ascenso-e-queda-de-um-imprio-e14qhnd>

KHALDUN, I. **Muqaddimah** – Os Prolegômenos (tomo I). Tradução integral e direta da língua árabe para a portuguesa por J. Khoury e A. B. Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958.

LAUREANO, Marisa Antunes. O ensino de história da África experiências a partir da sala de aula. In: Macedo Jr,org. **Desvendando a história da África** [online],Porto Alegre: Editora da UFRGS,2008.Diversidade séries,pp.211-222.

MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo:2013.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**, Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA, 2009.

MOKHTAR, Gamel (org). **História Geral da África: África Antiga**,vol.II.Brasília:Unesco,2010.

NIANI, Djibril.(org).**História Geral da África: do século XII ao XVI**, vol IV.Brasília:UNESCO,2010.

QUEIROZ, Graziela Fernanda. JÚNIOR, Manoel Caetano. **Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira Experiência Docente no Ensino Fundamental**, vol 17,n.1,2016.XVII Encontro Estadual de História-ANPUH-PB

SILVA, Alberto da Costa. **A enxada e a lança**. A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

YOYOTTE, J. O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura. In: MOKHTAR, Gamel (org). **História Geral da África: África Antiga**, vol. II. Brasília: Unesco, 2010.